

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

RM_RH_201701_PA_SPI_LT5.2

RMON 02/11 - 02/16 - 06 - ED01/REV00

MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS,
DE ESCORRÊNCIA, SUBTERRÂNEAS E DE SEDIMENTOS

SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR

LOTE 5.2: IC3 - VARIANTE DE TOMAR - NÓ DE VALDONAS/ALVIOBEIRA

FASE DE EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL DE 2016



MONITAR
engenharia do ambiente

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

RM_RH_201701_PA_SPI_LT5.2

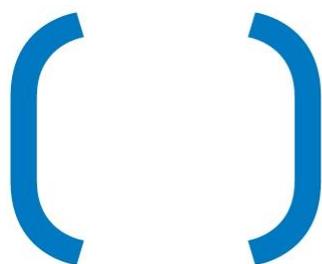
RMON 02/11 - 02/16 - 06 - ED01/REV00

MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS,
DE ESCORRÊNCIA, SUBTERRÂNEAS E DE SEDIMENTOS

SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR

LOTE 5.2: IC3 - VARIANTE DE TOMAR - NÓ DE VALDONAS/ALVIOBEIRA

FASE DE EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL DE 2016



MONITAR
engenharia do ambiente



FICHA TÉCNICA DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

AUTOR DO RELATÓRIO	MONITAR - ENGENHARIA DO AMBIENTE EMPREENHIMENTO BELA VISTA LOTE 1, R/C DP, LOJA 2, REPESES 3500-227 VISEU
IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE	ASCENDI RUA ANTERO DE QUENTAL Nº 381, 3º 4455-586 PERAFITA MATOSINHOS
TÍTULO DO RELATÓRIO	MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS, DE ESCORRÊNCIA, SUBTERRÂNEAS E DE SEDIMENTOS SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR LOTE 5.2: IC3 - VARIANTE DE TOMAR - NÓ DE VALDONAS/ALVIOBEIRA FASE DE EXPLORAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL DE 2016
N.º DO RELATÓRIO	02/11 - 02/16 - 06
EDIÇÃO/REVISÃO	Ed01/Rev00
NATUREZAS DAS REVISÕES	-
EDIÇÕES / REVISÕES ANTERIORES	-
ÂMBITO DO RELATÓRIO	PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL
N.º DA PROPOSTA	02/11 - 02/16
LOCAL DA MONITORIZAÇÃO	SUBCONCESSÃO DO PINHAL INTERIOR LOTE 5.2: IC3 - VARIANTE DE TOMAR - NÓ DE VALDONAS/ALVIOBEIRA
DATA DA MONITORIZAÇÃO	JULHO, OUTUBRO E DEZEMBRO DE 2016
ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	MONITAR
ASSINATURA	<input type="text"/>
DATA DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO	JANEIRO DE 2017

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Âmbito e objetivos da monitorização	7
1.2 Identificação da concessionária e descrição da subconcessão	8
1.2.1 Trafego automóvel	10
1.3 Enquadramento legal	10
1.4 Estrutura do relatório de monitorização.....	11
1.5 Autoria técnica do relatório de monitorização	12
2 ANTECEDENTES	13
2.1 Referências documentais	13
2.2 Medidas de minimização.....	15
2.3 Reclamações.....	15
3 IMPACTES NA QUALIDADE DAS ÁGUAS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE UMA VIA DE TRÁFEGO	16
4 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO	19
4.1 Qualidade das águas superficiais	19
4.1.1 Parâmetros e locais de amostragem.....	19
4.1.2 Métodos e equipamentos de recolha	20
4.1.3 Critérios de avaliação dos dados	21
4.2 Qualidade das águas de escorrência	23
4.2.1 Parâmetros e locais de amostragem.....	23
4.2.2 Métodos e equipamentos de recolha	23
4.2.3 Critérios de avaliação dos dados	25
4.3 Qualidade das águas subterrâneas	26
4.3.1 Parâmetros e locais de amostragem.....	26
4.3.2 Métodos e equipamentos de recolha	27
4.3.3 Critérios de avaliação dos dados	28
4.4 Qualidade dos sedimentos.....	30
4.4.1 Parâmetros e locais de amostragem.....	30

4.4.2	Métodos e equipamentos de recolha	30
4.4.3	CrITÉrios de avaliaÇão dos dados	31
5	CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE MONITORIZAÇÃO E ENVOLVENTE	33
5.1	Qualidade das águas superficiais	33
5.2	Qualidade das águas de escorrência	36
5.3	Qualidade das águas subterrâneas	38
5.4	Sedimentos.....	44
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO	46
6.1	Qualidade das águas superficiais	46
6.1.1	Análise dos resultados face aos valores legalmente definidos	46
6.1.2	Análise dos resultados obtidos face aos valores obtidos em campanhas anteriores ...	49
6.2	Qualidade das águas de escorrência	52
6.2.1	Análise dos resultados face aos valores legalmente definidos	53
6.2.2	Análise dos resultados face aos valores obtidos em campanhas anteriores	55
6.3	Qualidade das águas subterrâneas	57
6.3.1	Análise dos resultados face aos valores legalmente definidos	57
6.3.2	Análise dos resultados face aos valores obtidos em campanhas anteriores	60
6.4	Qualidade dos sedimentos.....	65
6.4.1	Análise dos resultados face aos valores legalmente definidos	65
6.4.2	Análise dos resultados face aos valores obtidos em campanhas anteriores	67
7	CONCLUSÕES.....	69
7.1	Qualidade das águas superficiais	69
7.2	Qualidade das águas de escorrência	70
7.3	Qualidade das águas subterrâneas	70
7.4	Qualidade dos sedimentos.....	71
8	PROPOSTA DE REVISÃO DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO	72
9	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	72
10	ANEXOS.....	73

10.1	Anexo 1: Fichas individuais por local de amostragem de águas superficiais	I
10.2	Anexo 2: Fichas individuais por local de amostragem de águas de escorrência.....	II
10.3	Anexo 3: Fichas individuais por local de amostragem de águas subterrâneas.....	III
10.4	Anexo 4: Fichas individuais por local de amostragem dos sedimentos	IV
10.5	Anexo 5: Fichas laboratoriais das amostras analisadas	V
10.6	Anexo 6: Declaração do laboratório.....	VI
10.7	Anexo 7: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições “ <i>in situ</i> ”.....	VII
10.8	Anexo 8: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência e sedimentos	VIII
10.9	Anexo 9: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas subterrâneas	IX

1 INTRODUÇÃO

1.1 ÂMBITO E OBJETIVOS DA MONITORIZAÇÃO

O presente documento constitui o Relatório anual de Monitorização (RM) para o ano de 2016, relativo às campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência, subterrâneas e de sedimentos, realizadas nos períodos seco, crítico e húmido, dando cumprimento ao Plano Geral de Monitorização (PGM) do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da subconcessão do Pinhal Interior (SPI).

O RM tem assim por base o PGM (VAAL.E.211.PM.c), de dezembro de 2012, constante no EIA do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira, bem como, o Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a subconcessão do Pinhal Interior.

As monitorizações realizadas têm como objetivo avaliar a influência e eventuais impactes associados à exploração da infraestrutura rodoviária da SPI na qualidade das águas superficiais, subterrâneas e de sedimentos que lhe são próximas e possíveis de serem afetadas pela mesma.

O tratamento dos dados garantirá uma correta comparação e integração de todos os resultados obtidos ao longo do projeto, de modo a que perante os mesmos possam ser adotadas medidas e/ou ações, designadamente:

- Avaliar o impacte da exploração desta infraestrutura na qualidade das águas;
- Verificar o cumprimento da legislação nacional sobre a qualidade da água;
- Verificar a eficiência de medidas de minimização adotadas;
- Verificar a necessidade de adotar novas medidas de minimização;
- Contribuir para a melhoria dos procedimentos de gestão ambiental da Concessionária.

A frequência de monitorização para a determinação da qualidade das águas superficiais é composta por três campanhas anuais realizadas, designadamente, no período seco (entre julho e setembro), no período crítico (início das primeiras chuvas, após o período seco) e no período húmido (entre dezembro e fevereiro). Para as águas de escorrência é de duas campanhas anuais, período crítico e húmido, para as águas subterrâneas é de duas campanhas anuais, período seco e período húmido e para os sedimentos de uma campanha anual efetuada no período crítico.

Nas campanhas realizadas no ano de 2016 da fase de exploração foram monitorizados 12 locais de amostragem relativos a 2 pontos de monitorização de água superficial, 2 locais de

amostragem de águas de escorrência da via, 6 pontos de amostragem de água subterrânea e dois pontos de amostragem de sedimentos, definidos no PGM e no Caderno de Encargos do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI.

As campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência, subterrâneas e de sedimentos da fase de exploração do ano de 2016 decorreram nas datas referidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Datas das campanhas de monitorização da qualidade das águas e sedimentos da fase de exploração.

FATOR AMBIENTAL	DATAS DAS CAMPANHAS
Qualidade das águas superficiais - parâmetros medidos “<i>in situ</i>” e parâmetros analisados em laboratório	1ª Campanha – 19 de julho de 2016 2ª Campanha – 13 de outubro de 2016 3ª Campanha – 12 de dezembro de 2016
Qualidade das águas de escorrência - parâmetros medidos “<i>in situ</i>” e parâmetros analisados em laboratório	1ª Campanha – 13 de outubro de 2016 2ª Campanha – 14 de dezembro de 2016
Qualidade das águas subterrâneas - parâmetros medidos “<i>in situ</i>” e parâmetros analisados em laboratório	1ª Campanha – 19 de julho de 2016 2ª Campanha – 12 de dezembro de 2016
Qualidade dos sedimentos - parâmetros analisados em laboratório	1ª Campanha – 13 de outubro de 2016

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E DESCRIÇÃO DA SUBCONCESSÃO

Em 2010 foi atribuída à Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A., através de um concurso público, a subconcessão do Pinhal Interior.

O contrato celebrado integrou a conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação, por um período de 30 anos, sendo os seus principais eixos a A13/IC3 que liga Tomar a Coimbra e o IC8 ligando Pombal (A17/A1) a Vila Velha de Ródão (A23), abrangendo 22 concelhos em quatro distritos. Dos 520,3 km, 162,8 km correspondem a novos lanços, sendo 80 Km com perfil de autoestrada (ver Tabela 2 e Figura 1).

Tabela 2 - Caracterização da subconcessão do Pinhal Interior.

ÂMBITO	EXTENSÃO	LANÇOS
Construção	162,8 km	IC3 - Avelar Norte / Condeixa; IC3 - Condeixa / Coimbra (IP3-IC2); IC3 - Avelar Sul / Avelar Norte; IC3 - Variante a Tomar; IC8 - Proença-A-Nova / Perdigão (A23); EN236-1 - Variante do Troviscal; ER238 - Cernache do Bonjardim / Sertã (IC8); EN238 - Sertã / Oleiros; EN342 - Condeixa / Nó de Condeixa (IC3)
Requalificação	134,3 km	IC3 - Variante de Tomar; IC8 - Pombal / Ansião; IC8 - Pedrógão Grande / Sertã; EN2 - Sertã(IC8) / Vila de Rei; EN2 - Góis(EN342) / Portela do Vento(EN112); ER238 - Ferreira do Zêzere / Cernache do Bonjardim; ER347 - Penela / Castanheira de Pêra.
Exploração	223,2 km	A13/IC3 - Tomar / Atalaia; IC8 - Carriço / Pombal; IC8 - Ansião / Pedrogão Grande; IC8 - Sertã / Proença-a-Nova; EN2 - Vila de Rei / Abrantes(A23); EN110 - Variante de Avelar; EN112 - Portela do Vento / Pampilhosa da Serra; EN236 - Foz do Arouce / Lousã(EN342); EN236-1 - Castanheira de Pêra / Figueiró dos Vinhos; EN238 - Tomar(IC3) / Ferreira do Zêzere; EN342 - Miranda do Corvo(IC3) / Lousã; EN342-4 - Arganil / IC6; EN344 - Pampilhosa da Serra / Vale de Pereiras(EN351); EN351 - Isna de Oleiros / Proença-a-Nova(IC8); EN351 - Vale de Pereiras (EN344) / Proença-a-Nova (IC8).

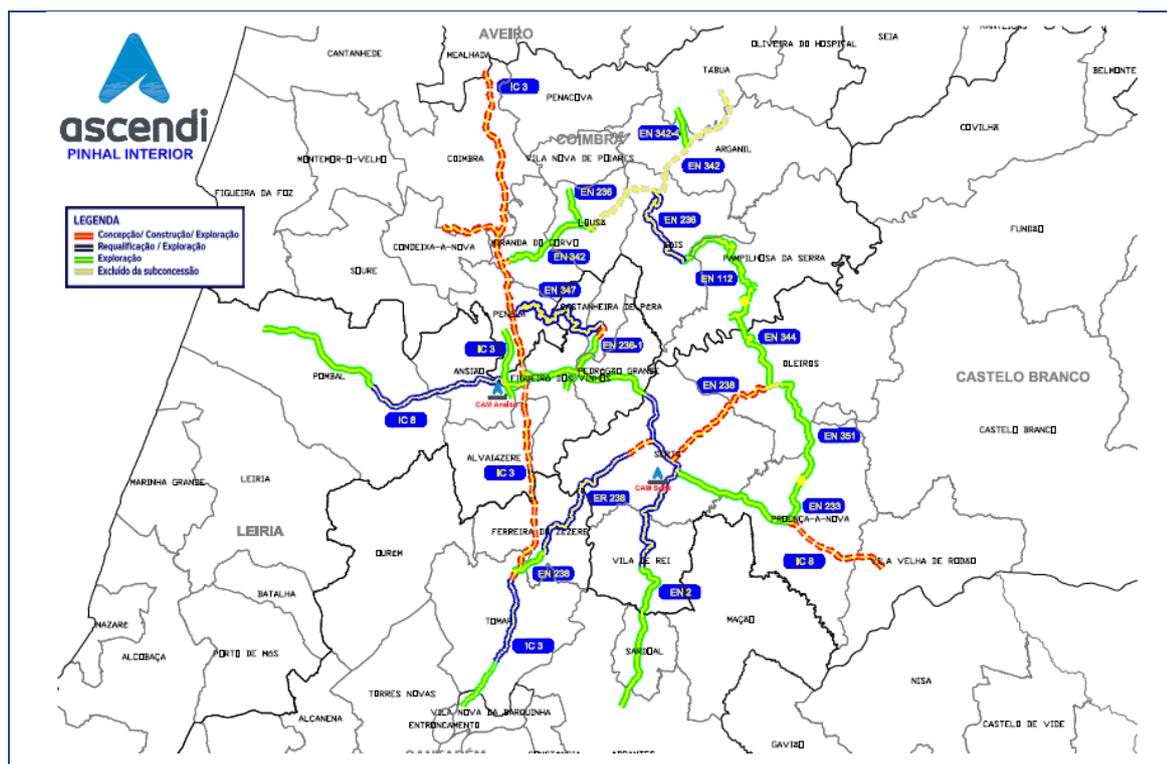


Figura 1 - Localização genérica da subconcessão do Pinhal Interior.

Esta subconcessão irá impactar positivamente a qualidade de vida de mais de 415 mil pessoas e reduzir os tempos de percurso em mais de 40% entre sedes de concelho, favorecendo, de igual modo, a acessibilidade aos concelhos do interior centro, melhorando as deslocações Norte/Sul.

1.2.1 TRAFEGO AUTOMÓVEL

O volume de tráfego registado nos meses em que foram realizadas as campanhas de monitorização, o volume de tráfego anual de 2016 e 2015 e a variação percentual de tráfego para o Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, são apresentados na Tabela 3.

Da análise da Tabela 3 verifica-se que, para o ano de 2016, os valores de tráfego registados nos meses em que foram realizadas as campanhas de monitorização da qualidade das águas e sedimentos podem-se considerar próximos dos valores de tráfego médio mensal registados no ano de 2016. Relativamente à variação percentual do volume de tráfego anual, verifica-se que de 2015 para 2016 registou-se um aumento do volume de tráfego de 8%.

Tabela 3 - Volume de tráfego registado nos meses da realização das campanhas, tráfego médio mensal, tráfego médio anual em 2015 e 2016 e variação do volume de tráfego anual nos sublanços do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira.

SUBLANÇO	TRÁFEGO NOS MESES DAS CAMPANHAS DE MONITORIZAÇÃO (Nº DE VEÍCULOS)			TRÁFEGO MÉDIO MENSAL (2016)	VOLUME TRÁFEGO ANUAL (2016)	VOLUME TRÁFEGO ANUAL (2015)	VARIÇÃO PERCENTUAL DO VOLUME DE TRÁFEGO ANUAL (2015-2016)
	JULHO 2016	OUTUBRO 2016	DEZEMBRO 2016				
IC9 - Alviobeira	132653	115781	110526	112208	1346492	1248445	+8%

1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL

A elaboração do presente RM dá cumprimento ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, correspondente ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), nomeadamente ao previsto no n.º 3 do artigo 26.º onde é referido que a monitorização, da responsabilidade do proponente, é efetuada nos termos constantes da DIA ou na decisão sobre a conformidade ambiental do projeto de execução, ou, na falta destes, de acordo com os elementos referidos no n.º 1 do artigo 16.º ou no n.º 1 do artigo 21.º. Compete ainda ao proponente remeter à autoridade de AIA os respetivos relatórios ou outros documentos que retratem a evolução do projeto ou eventuais alterações do mesmo.

No presente relatório foi considerada a legislação aplicável à qualidade das águas, mais especificamente, o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e respetiva Declaração de Retificação n.º 22-C/98, que estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade das águas em função dos principais usos, nomeadamente o Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega), o Anexo XVIII

(Valores limite de emissão na descarga de águas residuais) e o Anexo XXI (Objetivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais). Foi ainda considerada a legislação que estabelece as Normas de Qualidade Ambiental (NQA) para substâncias prioritárias e outros poluentes, nomeadamente o Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro. Salienta-se que o Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, de acordo com o artigo n.º 13, revoga as disposições do Anexo XXI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, relativas às substâncias clorofenóis, hidrocarbonetos aromáticos polinucleares, pesticidas totais, pesticidas por substância individualizada, bifenilospoliclorados (PCB), chumbo total e níquel total. Foi também considerado, quando aplicável, o Anexo I do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

No que diz respeito à qualidade dos sedimentos, estes foram analisados tendo em conta os critérios de qualidade estipulados na tabela 2 do Anexo III da Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro.

Na monitorização da qualidade das águas foram ainda tidas em conta as diretrizes definidas nos relatórios produzidos no âmbito do projeto “Avaliação da eficácia das medidas de minimização de impactes ambientais implementadas em Portugal” do LNEC e Universidade de Évora (2005 - 2008), assim como o “Guia Técnico para a elaboração de Estudos no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental de Infra-estruturas Rodoviárias” do Instituto Superior Técnico, Agência Portuguesa do Ambiente e Estradas de Portugal, de junho de 2009.

1.4 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

O presente RM encontra-se estruturado de acordo com as notas técnicas constantes no Anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, sendo constituído pelos seguintes pontos:

- Introdução
- Antecedentes
- Impactes na qualidade das águas decorrentes da exploração de uma via de tráfego
- Descrição do Programa de Monitorização
- Caracterização dos locais de monitorização e envolvente
- Apresentação e análise dos resultados do Programa de Monitorização
- Conclusão
- Anexos

1.5 AUTORIA TÉCNICA DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

O presente RM foi elaborado pela Monitar, Lda. - Engenharia do Ambiente. A descrição da equipa técnica responsável pela monitorização é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 - Equipa técnica responsável pela monitorização.

NOME	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	FUNÇÃO
Paulo de Pinho	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Coordenação geral da monitorização
	Mestre em Poluição Atmosférica	
	Doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente	
Sérgio Lopes	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Verificação do relatório Campanhas de monitorização
	Mestre em Engenharia Mecânica	
	Doutor em Riscos Naturais e Tecnológicos	
João Martinho	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
Johnny Reis	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
João Leite	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
Marcelo Silva	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
André Fonseca	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
Nuno Santos	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização
Daniel Gonçalves	Licenciado em Engenharia do Ambiente	Campanhas de monitorização Realização do relatório
	Mestre em Tecnologias Ambientais	
Monitar - Engenharia do Ambiente http://www.ipac.pt/pesquisa/ficha_lae.asp?id=L0558		Amostragem e Campanhas de parâmetros medidos "in situ"
Laboratório de análises da ControlVet http://www.ipac.pt/pesquisa/ficha_lae.asp?id=L0224		Determinações laboratoriais

2 ANTECEDENTES

2.1 REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

O lançamento do concurso público internacional para a subconcessão do Pinhal Interior foi resolvido através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 106/2008, de 7 de julho.

No âmbito do concurso público internacional de conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação, alargamento e financiamento dos lanços que integram a subconcessão do Pinhal Interior, em resposta à alínea c) do Ponto 15.1 do programa de concurso relativo aos Estudos Ambientais e ao Caderno de Encargos, foi elaborado o Relatório Ambiental. O Relatório Ambiental avaliou, em função do enquadramento ambiental e da fase de exploração de cada um dos troços em análise, em que medida a construção ou beneficiação e exploração do projeto induziria efeitos negativos e/ou efeitos positivos no ambiente local, permitindo desta forma a definição atempada de medidas de minimização que deveriam ser adotadas durante a fase de construção e/ou de exploração, de modo a atenuar/evitar os impactes negativos previstos e a maximizar os impactes positivos.

Entre 1999 e 2003 desenvolveu-se o Estudo Prévio do IC3 Condeixa/Tomar, em estreita articulação com a elaboração do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

O Estudo Prévio contemplou o estudo de uma ligação rodoviária prevista no Plano Rodoviário Nacional (IC3), com características de via rápida, entre a EN1/IC2, junto a Condeixa-a-Nova (a Norte) e o início da atual Variante de Tomar (a Sul). Esta ligação era constituída por dois sublanços: Condeixa - Avelar (a Norte) e sublanço Avelar - Tomar (a Sul). A ligação entre os dois sublanços fazia-se, então, pelo aproveitamento da chamada Variante de Avelar, já existente, que não integrava o estudo realizado.

A continuação do IC3 a norte de Condeixa estava prevista para Coimbra (nascente) e para o IP3, admitindo-se, então, que entre Condeixa e Coimbra o IC3 seguisse de modo a coincidir com a EN1/IC2, com aproveitamento desta via.

No último trimestre de 2003 foi concluído o Estudo Prévio do IC3 entre Condeixa e Tomar, o qual foi acompanhado pelo respetivo Estudo de Impacte Ambiental, tendo ambos sido sujeitos a apreciação pelo então Instituto das Estradas de Portugal (IEP).

O IEP procedeu à análise desse Estudo Prévio e do respetivo EIA, sendo que os pressupostos em que o projeto assentava viriam, entretanto, a ser alterados, definindo-se um novo quadro para a realização de um novo estudo para este lanço do IC3.

Entre junho de 2006 e julho de 2007 foi elaborado um novo EIA, do Lanço IC3 - Tomar/Coimbra.

Neste estudo foram apresentadas duas soluções (soluções 1 e 2) que representam os grandes eixos estudados, desenvolvendo-se respetivamente, e na generalidade, com os traçados a nascente e a poente da EN110. A Solução 1 permitia dar acessibilidades mais diretas aos concelhos de Ferreira do Zêzere, Penela e Miranda do Corvo, enquanto a Solução 2 estabelecia acessos mais rápidos aos concelhos de Alvaiázere e Condeixa-a-Nova.

Para interligação das Soluções 1 e 2, estudaram-se as Alternativas 1 a 7. Foram ainda estudadas três Ligações a Condeixa, das quais duas são alternativas associadas à Solução 1. As três ligações eram coincidentes no seu troço final, terminando no mesmo ponto, o Nó de Ligação com a N1 / IC2.

Em Agosto de 2007 foi apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) o EIA, tendo sido nomeada a respetiva Comissão de Avaliação (CA). Durante o processo de análise da conformidade do EIA, foram solicitados elementos adicionais ao Relatório Síntese ao nível do Projeto, de vários aspetos do EIA nomeadamente ao nível do Ordenamento do Território e Condicionantes, de Cartografia, Ruído, Património e Geologia e Geomorfologia, e a reformulação do Resumo Não Técnico, tendo sido dada conformidade ao EIA em Dezembro de 2007.

Seguiu-se, então, a realização da Consulta Pública e, com base no respetivo parecer e análise do EIA, a CA emitiu parecer favorável ao projeto através da emissão em 9 de Maio de 2008, da DIA favorável condicionada:

- À adoção da combinação de traçado solução S1+L1+N2+M2 (equivalente a solução 1 + alternativa 5 + solução 2 + alternativa 7 + solução 1 (ligação 1B) + solução 1);
- Ao cumprimento das condicionantes definidas na DIA;
- À apresentação no RECAPE dos elementos solicitados;
- À implementação das medidas de minimização e planos de monitorização definidos no RECAPE e na DIA.

No âmbito do Projeto de Execução do Lote 5, que corresponde ao troço do IC3 - Variante a Tomar, este lanço foi dividido em dois sublanços:

- Lote 5.1 - Sublanço Nó com a EN110/Nó de Valdonas;
- Lote 5.2 - Sublanço Nó de Valdonas / Alviobeira, ao qual respeita o presente estudo.

O presente RM dá resposta ao PGM, documento n.º VAAL.E.211.PM.c, de dezembro de 2012, constante no EIA do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira.

A construção deste sublanço teve início em fevereiro de 2012, tendo o mesmo sido aberto ao tráfego em dezembro de 2012.

Antecedem ao presente RM, o relatório de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência e subterrâneas da avaliação da situação de referência (Doc. N.º VAAL.RMRH.SR), emitido em novembro de 2011, os relatórios de monitorização dos recursos hídricos da fase de exploração dos anos de 2013 e 2014 realizados pela Ecovisão, Lda, bem como o relatório de monitorização dos recursos hídricos da fase de exploração do ano de 2015 (refª: RM_RH_201604_PA_SPI_Lt5.2) realizado pela Monitar, Lda.

2.2 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Até à data a que se refere o presente RM, não se considerou necessário a implementação de medidas de minimização adicionais.

2.3 RECLAMAÇÕES

Até à data a que se refere o presente RM, não foram registadas reclamações referentes à qualidade da água, que estejam associadas à exploração do traçado da subconcessão do Pinhal Interior.

3 IMPACTES NA QUALIDADE DAS ÁGUAS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE UMA VIA DE TRÁFEGO

A crescente utilização de transportes terrestres movidos a energia fóssil tem provocado um aumento significativo da poluição ambiental a nível da qualidade das águas, nomeadamente nas zonas adjacentes às estradas. Assim, de um modo geral, durante a fase de exploração de infraestruturas rodoviárias, as águas de escorrência das vias podem provocar impactes nas águas superficiais e subterrâneas.

Estes impactes podem resultar de atividades habituais, tais como as cargas poluentes acumuladas no pavimento relacionadas com a intensidade de tráfego, com o desgaste de pneus e do pavimento, desprendimento de partículas dos travões, emissões dos tubos de escape, deterioração do piso, deposição de óleos e comportamento dos utilizadores da via, ou de atividades pontuais ou acidentais, tais como as atividades de manutenção e reparação da via e taludes (por exemplo utilização de aditivos químicos e herbicidas), ou derrames acidentais de resíduos ou produtos tóxicos e perigosos, geralmente na sequência de acidentes (ver Tabela 5).

Alguns dos exemplos de impactes na qualidade das águas decorrentes da exploração de uma via de tráfego poderão ser: a afetação dos usos das águas (rega, consumo, etc.); a criação de uma zona impermeável; o acréscimo de caudal antropogénico eventualmente criado pela mesma; o desvio de linhas de água; e as alterações da drenagem resultantes da presença da infraestrutura rodoviária.

A poluição decorrente de infraestruturas rodoviárias pode afetar as águas superficiais e subterrâneas e o fenómeno adquire maior gravidade quando são envolvidos ecossistemas particularmente sensíveis, zonas de máxima infiltração, perímetros de proteção de cursos de água ou de albufeiras bem como o atravessamento de formações geológicas vulneráveis e onde se observe a existência de captações subterrâneas públicas e particulares.

Entre os poluentes mais comuns e preocupantes encontram-se os metais pesados (zinco, cobre, cádmio, crómio), os Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP), os óleos e gorduras e os sólidos suspensos totais. A matéria orgânica também pode revelar-se importante, ao estimular o crescimento de bactérias na massa de água orgânica e partículas. A origem dos poluentes contidos nas águas de escorrência de estrada é referida na Figura 2. Uma vez depositados no pavimento estes

poluentes podem atingir a rede de drenagem e as áreas vizinhas da plataforma da via, bem como os cursos de água recetores por meio da ação dos ventos e, especialmente, da precipitação.

Esta carga poluente depende não só da intensidade da precipitação, mas também da quantidade de contaminantes acumulados no pavimento, logo depende da estação do ano e do estado de limpeza do pavimento. No entanto, o fluxo poluente derivado da drenagem da estrada poderá estar sujeito a diversos processos de atenuação ao longo do seu percurso até ao corpo de água recetor (ver Figura 2).

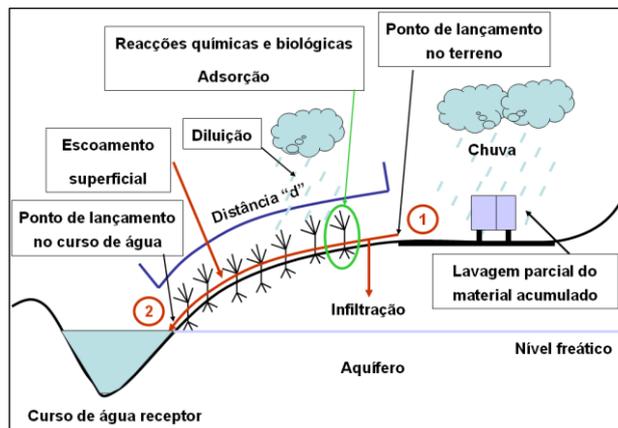


Figura 2 - Transporte e atenuação de contaminantes.

Num evento de precipitação, a carga poluente inicial associada às águas de escorrência da estrada dependerá da quantidade de poluente depositada no pavimento e conseqüentemente da quantidade de contaminante emitida pelas diversas fontes assim como da intensidade da precipitação.

Por sua vez, a quantidade de contaminante depositada no pavimento estará associada essencialmente a fatores tais como: o fluxo e características dos veículos; o tipo de pavimento; e o período de tempo durante o qual ocorre a acumulação de poluentes na plataforma.

Desde o ponto de descarga no terreno até ao ponto de lançamento no curso de água recetor, o fluxo poluente originado na estrada será sujeito a diversos processos que reduzem a concentração dos contaminantes, tais como: a diluição pelas águas drenadas de áreas vizinhas, as reações químicas e biológicas (sistema radicular das plantas); e a adsorção e retenção na vegetação e nas partículas do solo. O potencial de poluição das águas superficiais dependerá ainda de outros fatores, tais como: a inclinação, morfologia e permeabilidade do terreno, a qualidade da água do curso de água recetor, e a capacidade de diluição e autodepuração do curso de água recetor.

Tabela 5 - Origem dos poluentes contidos nas águas de escorrência de estrada.

POLUENTES	PNEUS TRAVÕES	COMBUSTÍVEL E/OU ÓLEO DO MOTOR	ÓLEOS DE LUBRIFICAÇÃO	MATERIAIS DA VIATURA	PAVIMENTO	RESÍDUOS	GUARDAS DE SEGURANÇA	SOLO, POEIRAS DA CARROÇARIA; VEGETAÇÃO, EXCREMENTOS DE ANIMAIS, FERTILIZANTES
Metais Pesados								
Cádmio								
Chumbo								
Cobre								
Crómio								
Ferro								
Níquel								
Vanádio								
Zinco								
Hidrocarbonetos								
PAH								
Nutrientes								
Matéria Orgânica								
Partículas								
Microrganismos								
Sais								

Fonte: Adaptado de James (1999); Sansalone e Buchberger (1997) e Leitão *et al.* (2000).

 Origem do poluente

4 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

4.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

4.1.1 PARÂMETROS E LOCAIS DE AMOSTRAGEM

Os parâmetros da qualidade das águas superficiais monitorizados foram os indicados no PGM e estão identificados na Tabela 6.

A medição das frações total e dissolvida dos metais cádmio, chumbo, níquel e também do parâmetro dureza, é realizada por forma a verificar o cumprimento das normas de qualidade ambiental (NQA) presentes no Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro, e é importante, uma vez que as formas dissolvidas desses metais são as responsáveis pela toxicidade do elemento.

Nas campanhas foram monitorizados os locais de amostragem indicados no PGM e no Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a fase de exploração, e estão descritos e identificados na Tabela 7 e no Anexo 8: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência e sedimentos.

Tabela 6 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais a monitorizar.

PARÂMETROS MEDIDOS "IN SITU"	PARÂMETROS ANALISADOS EM LABORATÓRIO	
pH Condutividade elétrica	Cádmio total	Ferro total
	Cádmio dissolvido	Carência Química de Oxigénio (CQO)
	Crómio total	Hidrocarbonetos Aromáticos
	Chumbo total	Polinucleares (PAH)
	Chumbo dissolvido	Óleos e gorduras
	Cobre total	Sólidos Suspensos Totais (SST)
	Zinco total	Dureza
	Níquel total	
	Níquel dissolvido	

Tabela 7 - Locais de amostragem para monitorização da qualidade das águas superficiais.

LOTE/LANÇO	LOCAIS DE AMOSTRAGEM	DENOMINAÇÃO	BACIA HIDROGRÁFICA
Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira	Albufeira do Carril, ao Km 2+775, junto à PH 2.02	S1	Tejo
	Albufeira do Carril, ao Km 2+990, junto à PH 3.01	S2	

4.1.2 MÉTODOS E EQUIPAMENTOS DE RECOLHA

As técnicas e métodos de análise adotados para as determinações analíticas da qualidade das águas superficiais, identificadas na Tabela 8 e na Tabela 9, são compatíveis com as exigidas no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro. Os certificados dos equipamentos utilizados para medição dos parâmetros medidos “*in situ*” são apresentados no Anexo 7: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições “*in situ*”.

As análises laboratoriais foram realizadas pela Controlvet, laboratório acreditado pelo IPAC, que utiliza os procedimentos adequados por forma a assegurar a qualidade dos resultados analíticos dos parâmetros, mesmo os não abrangidos pela acreditação do mesmo (ver Anexo 6: Declaração do laboratório).

As campanhas de monitorização realizaram-se através de recolha manual em recipientes próprios, sendo as amostras acondicionadas e transportadas para laboratório devidamente refrigeradas no dia da recolha.

Tabela 8 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas superficiais para os parâmetros medidos “*in situ*”.

PARÂMETROS MEDIDOS “ <i>IN SITU</i> ”	MÉTODO/TÉCNICA	EQUIPAMENTO
pH	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: Seleccionável 0,001 Gama de medição: -2,000 - 19,999 Exatidão: $\pm 0,005 \pm 1$ dígito
Condutividade	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal CO 11 Resolução: 0,1 $\mu\text{S}/\text{cm}$ Gama de medição: 10 $\mu\text{S}/\text{cm}$ - 20 mS/cm Exatidão: $\pm 0,5\%$ do valor medido

Tabela 9 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas superficiais para os parâmetros laboratoriais.

PARÂMETRO	TÉCNICA/MÉTODO
Cádmio total	
Cádmio dissolvido	
Crómio total	
Chumbo total	
Chumbo dissolvido	CZ_SOP_D06_02_001
Cobre total	
Zinco total	
Ferro total	
Níquel total	
Níquel dissolvido	CZ_SOP_D06_02_002
CQO	CZ_SOP_D06_02_076
PAH	MI LAQ 146.08
Óleos e gorduras	SMEWW 5520-D
SST	CZ_SOP_D06_02_070
Dureza	SMEWW 2340-B

4.1.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos são analisados tendo em consideração os valores definidos no Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega) e no Anexo XXI (Objetivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e também comparados com os valores definidos no Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro.

Os valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas superficiais analisados são apresentados na Tabela 10.

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos nas campanhas foram também comparados com os valores obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais realizadas em anos anteriores, incluindo a campanha de avaliação da situação de referência.

Tabela 10 - Valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas superficiais analisados, de acordo com os valores definidos nos Anexos XVI e XXI do Decreto-Lei n.º 236/98 e no Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010.

PARÂMETROS	UNIDADES	DECRETO-LEI N.º 236/98			DECRETO-LEI N.º 103/2010
		ANEXO XVI		ANEXO XXI	ANEXO II
		VMR ^(a)	VMA ^(b)	VMA ^(b)	NQA-CMA ^(d)
pH	E. Sorensen	6,5 - 8,4	4,5 - 9,0	5,0 - 9,0	-
Condutividade	µS/cm	-	-	-	-
Cádmio total	mg/L Cd	0,01	0,05	0,01	-
Cádmio dissolvido (consoante a classe de dureza da água) ^{(c)(e)}	µg/L Cd	-	-	-	≤ 0, 45 (classe 1) 0, 45 (classe 2) 0, 6 (classe 3) 0, 9 (classe 4) 1,5 (classe 5)
Crómio total	mg/L Cr	0,10	20	0,05	-
Chumbo total	mg/L Pb	5,0	20	-	-
Chumbo dissolvido ^(e)	µg/L Pb	-	-	-	14
Cobre total	mg/L Cu	0,20	5,0	0,1	-
Zinco total	mg/L Zn	2,0	10,0	0,5	-
Níquel total	mg/L Ni	0,5	2,0	-	-
Níquel dissolvido ^(e)	µg/L Ni	-	-	-	34
Ferro total	mg/L Fe	5,0	-	-	-
CQO	mg/L O ₂	-	-	-	-
Óleos e gorduras	mg/L	-	-	-	-
SST	mg/L	60	-	-	-
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	-	-	-
PAH	Benzo[b]fluoranteno	-	-	-	0,017
	Benzo[k]fluoranteno	-	-	-	0,017
	Benzo[a]Pireno	-	-	-	0,27
	Benzo(g, h i)Perileno	-	-	-	0,0082
	Indeno(1,2,3-cd)pireno	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-

(a) VMR - Valor máximo recomendado ou valor de norma de qualidade que, de preferência, deve ser respeitado ou não excedido.
(b) VMA - Valor máximo admissível ou valor de norma de qualidade que não deverá ser ultrapassado.
(c) No caso do cádmio e dos compostos de cádmio (n.º 6), os valores NQA variam em função de cinco classes de dureza da água (classe 1: < 40 mg CaCO₃/L, classe 2: de 40 a < 50 mg CaCO₃/L, classe 3: de 50 a < 100 mg CaCO₃/L, classe 4: de 100 a < 200 mg CaCO₃/L e classe 5: ≥ 200 mg CaCO₃/L).
(d) Este parâmetro constitui as normas de qualidade ambiental expressa em concentração máxima admissível (NQA-CMA).
(e) Parâmetro analisado de acordo com o número 5 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 103/2010 de 24 de Setembro.

4.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

4.2.1 PARÂMETROS E LOCAIS DE AMOSTRAGEM

Os parâmetros da qualidade das águas de escorrência monitorizados nas campanhas foram os indicados no PGM e no Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a fase de exploração e estão identificados na Tabela 11.

Nas campanhas foram monitorizados os locais de amostragem indicados no PGM e no Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, para a fase de exploração, e estão descritos e identificados na Tabela 12 e no Anexo 8: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência e sedimentos.

Tabela 11 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrência a monitorizar.

PARÂMETROS MEDIDOS "IN SITU"	PARÂMETROS ANALISADOS EM LABORATÓRIO	
pH Condutividade elétrica	Cádmio total	Ferro total
	Crómio total	CQO
	Chumbo total	PAH
	Cobre total	Óleos e gorduras
	Zinco total	SST
	Níquel total	Dureza

Tabela 12 - Locais de amostragem para monitorização da qualidade das águas de escorrência.

LOTE/LANÇO	LOCAIS DE AMOSTRAGEM	DENOMINAÇÃO	BACIA HIDROGRÁFICA
Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira	Descarga das águas de escorrência, ao Km 2+825, do lado direito da via	ESC1	-
	Descarga das águas de escorrência, ao Km 3+162, do lado direito da via	ESC2	

4.2.2 MÉTODOS E EQUIPAMENTOS DE RECOLHA

As técnicas e métodos de análise adotados para as determinações analíticas da qualidade das águas de escorrência, identificadas na Tabela 13 e na Tabela 14, são compatíveis com as exigidas no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Os certificados dos equipamentos utilizados para medição dos parâmetros medidos "in situ" são apresentados no Anexo 7: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições "in situ".

As análises laboratoriais foram realizadas pela Controlvet, laboratório acreditado pelo IPAC, que utiliza os procedimentos adequados por forma a assegurar a qualidade dos resultados analíticos

dos parâmetros, mesmo os não abrangidos pela acreditação do mesmo (ver Anexo 6: Declaração do laboratório).

As campanhas de monitorização realizaram-se através de recolha manual em recipientes próprios, sendo as amostras acondicionadas e transportadas para laboratório devidamente refrigeradas no dia da recolha.

Tabela 13 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas de escorrência para os parâmetros medidos “*in situ*”.

PARÂMETROS MEDIDOS “ <i>IN SITU</i> ”	MÉTODO/TÉCNICA	EQUIPAMENTO
pH	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: Seleccionável 0,001 Gama de medição: -2,000 - 19,999 Exatidão: $\pm 0,005 \pm 1$ dígito
Condutividade	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal CO 11 Resolução: 0,1 $\mu\text{S}/\text{cm}$ Gama de medição: 10 $\mu\text{S}/\text{cm}$ - 20 mS/cm Exatidão: $\pm 0,5\%$ do valor medido

Tabela 14 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas de escorrência para os parâmetros laboratoriais.

PARÂMETRO	TÉCNICA/MÉTODO
Cádmio total	
Crómio total	
Chumbo total	
Cobre total	CZ_SOP_D06_02_001
Zinco total	
Níquel total	
Ferro total	
CQO	CZ_SOP_D06_02_076
PAH	MI LAQ 146.08
Óleos e gorduras	SMEWW 5520-D
SST	CZ_SOP_D06_02_070
Dureza	SMEWW 2340-B

4.2.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos são analisados tendo em consideração os valores definidos no Anexo XVIII (Valores limite de emissão na descarga de águas residuais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

Os valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas de escorrência analisados são apresentados na Tabela 15.

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos nas campanhas foram também comparados com os valores obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência realizadas em anos anteriores.

Tabela 15 - Valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas de escorrência analisados, de acordo com os valores definidos no Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98.

PARÂMETRO	UNIDADES	DECRETO-LEI N.º 236/98	
		ANEXO XVIII VLE ^(a)	
pH	E. Sorensen	6,0 - 9,0	
Condutividade	µS/cm	-	
Cádmio total	mg/L Cd	0,2	
Crómio total	mg/L Cr	2,0	
Chumbo total	mg/L Pb	1,0	
Cobre total	mg/L Cu	1,0	
Zinco total	mg/L Zn	-	
Níquel total	mg/L Ni	2,0	
Ferro total	mg/L Fe	2,0	
CQO	mg/L O ₂	150	
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	-
	Benzo[k]fluoranteno	µg/L	-
	Benzo[a]pireno	µg/L	-
	Benzo [g,h,i]perileno	µg/L	-
	Indeno[1,2,3-cd]pireno	µg/L	-
	Total	µg/L	-
Óleos e gorduras	mg/L	15	
SST	mg/L	60	
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	

(a) VLE - Valor limite de emissão ou valor que não deve ser excedido por uma instalação na descarga no meio aquático e no solo.

4.3 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

4.3.1 PARÂMETROS E LOCAIS DE AMOSTRAGEM

Os parâmetros da qualidade das águas subterrâneas monitorizados foram os indicados no PGM para a fase de exploração e estão identificados na Tabela 16. Refira-se que de acordo com o PGM para os pontos P2, P3 e P6 apenas será para determinar o nível hidrostático.

Foram monitorizados os locais de amostragem indicados no PGM para a fase de exploração, e estão descritos e identificados na Tabela 17 e no Anexo 9: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

Tabela 16 - Parâmetros da qualidade das águas subterrâneas a monitorizar.

PARÂMETROS MEDIDOS "IN SITU"	PARÂMETROS ANALISADOS EM LABORATÓRIO	
Temperatura	Cádmio total	Níquel total
pH	Crómio total	Ferro total
Condutividade elétrica	Chumbo total	PAH
Nível hidrostático	Cobre total	Óleos e gorduras
Direção do fluxo	Zinco total	SST

Tabela 17 - Locais de amostragem para monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

LOTE/LANÇO	LOCAIS DE AMOSTRAGEM	Uso	DENOMINAÇÃO	BACIA HIDROGRÁFICA
Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira	Nascente 94, Ao Km 3+200 do lado esquerdo da via	Rega	P1	Tejo
	Poço 124, Ao Km 6+300 do lado esquerdo da via	Rega	P2	
	Poço 120, ao Km 6+600 do lado esquerdo da via	Rega	P3	
	Poço 113, ao Km 7+325 do lado esquerdo da via	Rega	P4	
	Poço 115, ao Km 7+350 do lado esquerdo da via	Rega	P5	
	Furo 134, ao Km 7+700 do lado esquerdo da via	Desconhecido	P6	

4.3.2 MÉTODOS E EQUIPAMENTOS DE RECOLHA

As técnicas e métodos de análise adotados para as determinações analíticas da qualidade das águas subterrâneas, identificadas na Tabela 18 e na Tabela 19, são compatíveis com as exigidas no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Os certificados dos equipamentos utilizados para medição dos parâmetros medidos “*in situ*” são apresentados no Anexo 7: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições “*in situ*”.

As análises laboratoriais foram realizadas pela Controlvet, laboratório acreditado pelo IPAC, que utiliza os procedimentos adequados por forma a assegurar a qualidade dos resultados analíticos dos parâmetros, mesmo os não abrangidos pela acreditação do mesmo (ver Anexo 6: Declaração do laboratório).

As campanhas de monitorização realizaram-se através de recolha manual em recipientes próprios, sendo as amostras acondicionadas e transportadas para laboratório devidamente refrigeradas no dia da recolha.

Tabela 18 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas subterrâneas para os parâmetros medidos “*in situ*”.

PARÂMETROS MEDIDOS “ <i>IN SITU</i> ”	MÉTODO/TÉCNICA	EQUIPAMENTO
Temperatura	Termometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: 0,1°C Gama de medição: -5,0 - 105,0 °C Exatidão: ±0,1°C
pH	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal 111 Resolução: Seleccionável 0,001 Gama de medição: -2,000 - 19,999 Exatidão: ±0,005 ± 1 dígito
Condutividade	Eletrometria	Marca: VWR phenomenal CO 11 Resolução: 0,1 µS/cm Gama de medição: 10 µS/cm - 20 mS/cm Exatidão: ±0,5% do valor medido
Nível hidrostático	Sonda de Nível	Marca: Eijkelkamp Resolução: 1 cm Gama de medição: 0 - 100m

Tabela 19 - Métodos/técnicas de análise e equipamentos utilizados na monitorização da qualidade das águas subterrâneas para os parâmetros laboratoriais.

PARÂMETRO	TÉCNICA/MÉTODO
Cádmio total	
Crómio total	
Chumbo total	
Cobre total	CZ_SOP_D06_02_001
Zinco total	
Níquel total	
Ferro total	
PAH	MI LAQ 146.08
Óleos e gorduras	SMEWW 5520-D
SST	CZ_SOP_D06_02_070

4.3.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos são analisados tendo em consideração os valores definidos no Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega), do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

De referir que as águas subterrâneas monitorizadas, de acordo com os proprietários e segundo observação local, não têm como finalidade o uso para consumo humano.

Os valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas subterrâneas analisados são apresentados na Tabela 20.

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos nas campanhas foram também comparados com os valores obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas subterrâneas realizadas em anos anteriores, incluindo a campanha de avaliação da situação de referência.

Tabela 20 - Valores regulamentares aplicáveis aos parâmetros da qualidade das águas subterrâneas analisados, de acordo com os valores definidos no Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98 e Anexo I do Decreto-Lei n.º 306/2007.

PARÂMETRO		UNIDADES	DECRETO-LEI N.º 236/98 ANEXO XVI	
			VMR ^(a)	VMA ^(b)
Direção do fluxo		-	-	-
Nível hidrostático		m	-	-
Temperatura		°C	-	-
pH		E. Sorensen	6,5-8,4	4,5-9,0
Condutividade		µS/cm	-	-
Cádmio total		mg/L Cd	0,01	0,05
Crómio total		mg/L Cr	0,10	20
Chumbo total		mg/L Pb	5,0	20
Cobre total		mg/L Cu	0,20	5,0
Zinco total		mg/L Zn	2,0	10,0
Níquel total		mg/L Ni	0,5	2,0
Ferro total		mg/L Fe	5,0	-
PAH	Benzo[a]pireno	µg/L	-	-
	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	-	-
	Benzo[k]fluoranteno	µg/L	-	-
	Benzo [g,h,i]perileno	µg/L	-	-
	Indeno[1,2,3-cd]pireno	µg/L	-	-
	Total	µg/L	-	-
Óleos e gorduras		mg/L	-	-
SST		mg/L	60	-

(a) VMR - Valor máximo recomendado ou valor de norma de qualidade que, de preferência, deve ser respeitado ou não excedido.
(b) VMA - Valor máximo admissível ou valor de norma de qualidade que não deverá ser ultrapassado.

4.4 QUALIDADE DOS SEDIMENTOS

4.4.1 PARÂMETROS E LOCAIS DE AMOSTRAGEM

Para os sedimentos foram monitorizados os parâmetros indicados no PGM para a fase de exploração e estão identificados na Tabela 21.

Os locais de amostragem são os indicados no PGM para a fase de exploração e estão descritos e identificados na Tabela 22 e no Anexo 8: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência e sedimentos.

Tabela 21 - Parâmetros da qualidade dos sedimentos a monitorizar.

PARÂMETROS ANALISADOS EM LABORATÓRIO
Cádmio total
Crómio total
Chumbo total
Cobre total
Zinco total
Níquel total
Ferro total

Tabela 22 - Locais de amostragem para monitorização da qualidade dos sedimentos.

LOTE/LANÇO	LOCAIS DE AMOSTRAGEM	DENOMINAÇÃO	BACIA HIDROGRÁFICA
Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira	Aproximadamente ao Km 2+775, junto à PH 2.02	SED 1	Tejo
	Aproximadamente ao Km 2+990, junto à PH 3.01	SED 2	

4.4.2 MÉTODOS E EQUIPAMENTOS DE RECOLHA

As técnicas e métodos de análise adotados para os sedimentos estão identificados na Tabela 23. As análises laboratoriais foram realizadas pela Controlvet, laboratório acreditado pelo IPAC, que utiliza os procedimentos adequados por forma a assegurar a qualidade dos resultados analíticos dos parâmetros, mesmo os não abrangidos pela acreditação do mesmo (ver Anexo 6: Declaração do laboratório).

As campanhas de monitorização realizaram-se através de recolha manual em recipientes próprios, sendo as amostras acondicionadas e transportadas para laboratório devidamente refrigeradas no dia da recolha.

Tabela 23 - Métodos/técnicas de análise na monitorização da qualidade dos sedimentos para os parâmetros laboratoriais.

PARÂMETRO	TÉCNICA/MÉTODO
Cádmio total	EN 13346:2000
Crómio total	
Chumbo total	
Cobre total	
Zinco total	
Níquel total	
Ferro total	

4.4.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos para a qualidade dos sedimentos são analisados tendo em consideração os valores definidos na tabela 2 do Anexo III da Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro. Os valores regulamentares aplicáveis aos sedimentos analisados são apresentados na Tabela 24.

Os resultados obtidos para os parâmetros medidos na campanha de 2016 serão também comparados com os valores obtidos nas campanhas de monitorização dos sedimentos realizadas em anos anteriores.

Tabela 24 - Limites legais de poluentes específicos (metais e compostos orgânicos) em sedimentos (Anexo III da Portaria n.º 1450/2007).

PARÂMETRO	CLASSE 1	CLASSE 2	CLASSE 3	CLASSE 4	CLASSE 5
Metais (mg/kg)					
Cádmio	<1	1 - 3	3 - 5	5 - 10	>10
Crómio	<50	50 - 100	100 - 400	400 - 1000	>1000
Cobre	<35	35 - 150	150 - 300	300 - 500	>500
Chumbo	<50	50 - 150	150 - 500	500 - 1000	>1000
Níquel	<30	30 - 75	75 - 125	125 - 250	>250
Zinco	<100	100 - 600	600 - 1500	1500 - 5000	>5000
Ferro	-	-	-	-	-

De acordo com a referida Portaria, a cada uma das classes está associada a seguinte forma de eliminação dos materiais dragados:

- **Classe 1:** Material dragado limpo - pode ser depositado no meio aquático ou repostado em locais sujeitos a erosão ou utilizado para alimentação de praias sem normas restritivas;
- **Classe 2:** Material dragado com contaminação vestigiária - pode ser imerso no meio aquático tendo em atenção as características do meio recetor e o uso legítimo do mesmo;
- **Classe 3:** Material dragado ligeiramente contaminado - pode ser utilizado para terraplenos ou no caso de imersão necessita de estudo aprofundado do local de deposição e monitorização posterior do mesmo;
- **Classe 4:** Material dragado contaminado - deposição em terra, em local impermeabilizado, com a recomendação de posterior cobertura de solos impermeáveis;
- **Classe 5:** Material muito contaminado - idealmente não deverá ser dragado e em caso imperativo, deverão os dragados ser encaminhados para tratamento prévio e ou deposição em aterro de resíduos devidamente autorizado sendo proibida a sua imersão.

5 CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE MONITORIZAÇÃO E ENVOLVENTE

Os recursos hídricos monitorizados ao longo do ano de 2016 no Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, encontram-se inseridos na bacia hidrográfica do Tejo, mais especificamente na sub-bacia do Rio Zêzere, inseridas na Região Hidrográfica 5.

Segundo o plano da gestão da Região Hidrográfica do Tejo, no que diz respeito às massas de água (MA) da categoria “Rios” da bacia hidrográfica do Tejo, a maioria apresenta classificação de “bom” estado ou superior (≈54%), estando a restante percentagem das MA em incumprimento.

Relativamente ao estado das MA da sub-bacia do Rio Zêzere, 55 MA são classificadas com um estado bom ou superior e 11 MA são classificadas com estado inferior a bom, sendo os parâmetros físico-químicos gerais e os biológicos os responsáveis por este estado.

A análise das pressões significativas na Região Hidrográfica do Tejo de carga poluente de origem tónica afluente às MA superficiais por sub-bacia e parâmetro revela uma maior contribuição do sector urbano, assumindo a pecuária uma maior importância que a indústria nas sub-bacias do Rio Maior, Rio Zêzere e Rio Alenquer e verificando-se a situação inversa nas sub-bacias Rio Alviela, Tejo Superior e Rio Sorraia. Para as restantes sub-bacias o sector urbano é aquele que assume maior importância. Relativamente à poluição de origem difusa, a agricultura poderá igualmente ser responsável por contribuições nas linhas de água de níveis de nutrientes elevados, sobretudo pelo azoto e fósforo.

A avaliação do estado das massas de água subterrâneas revela que todas as MA subterrâneas possuem estado quantitativo de “bom” e, relativamente ao estado químico, 66,7% (8) das MA apresenta classificação de “bom” e 33,3% (4) apresentam estado “mediocre”.

5.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Da Tabela 25 à Tabela 26 apresenta-se uma breve descrição das linhas de água superficiais monitorizadas, servindo esta como linha de apoio à interpretação dos resultados obtidos nas campanhas de monitorização.

Tabela 25 - Caracterização do local de monitorização S1 e sua envolvente.

S1	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona florestal	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via e florestal	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos florestais ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
<ul style="list-style-type: none"> - Albufeira não alterada por poluição ou alterações estruturais. - Verificou-se a existência de um revestimento vegetal de taludes e linha de água, que poderá servir como proteção contra erosão ou como filtro natural. - Não foram observadas inundações ou alagamentos. 	
Registo fotográfico	
	
	

Tabela 26 - Caracterização do local de monitorização S2 e a sua envolvente.

S2	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona florestal	
Fontes de Poluição	
Águas de escorrência da via e florestal	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos florestais ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
<ul style="list-style-type: none"> - Albufeira não alterada por poluição ou alterações estruturais. - Verificou-se a existência de um revestimento vegetal de taludes e linha de água, que poderá servir como proteção contra erosão ou como filtro natural. - Não foram observadas inundações ou alagamentos. 	
Registo fotográfico	
	
	

5.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

Da Tabela 27 à Tabela 28 apresenta-se uma breve descrição dos pontos de escorrência monitorizados, servindo esta como linha de apoio à interpretação dos resultados obtidos nas campanhas de monitorização.

Tabela 27 - Caracterização do local de monitorização ESC1 e sua envolvente.

ESC1	
Uso da água	
-	
Envolvente	
Infraestrutura rodoviária	
Fontes de poluição	
Poluentes resultantes das águas de escorrência da via	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
- Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras.	
Observações	
- A recolha foi realizada na caixa de visita em todos os períodos de monitorização.	
Registo fotográfico	
	

Tabela 28 - Caracterização do local de monitorização ESC2 e sua envolvente.

ESC2	
Uso da água	
-	
Envolvente	
Infraestrutura rodoviária	
Fontes de poluição	
Poluentes resultantes das águas de escorrência da via	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
- Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras.	
Observações	
- O ponto de escorrência encontrava-se seco no período crítico.	
- A recolha foi realizada na caixa de visita no período húmido.	
Registo fotográfico	
	

5.3 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Da Tabela 29 à Tabela 34 apresenta-se uma breve descrição dos pontos subterrâneos monitorizados, servindo esta como linha de apoio à interpretação dos resultados obtidos nas campanhas de monitorização.

Tabela 29 - Caracterização do local de monitorização P1 e sua envolvente.

P1	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona rural e agrícola	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via, rural e agrícola	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos agrícolas ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
-	
Registo fotográfico	
	

Tabela 30 - Caracterização do local de monitorização P2 e a sua envolvente.

P2	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona rural, agrícola e florestal	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via, rural e agrícola	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos agrícolas e florestais ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
-	
Registo fotográfico	
	

Tabela 31 - Caracterização do local de monitorização P3 e a sua envolvente.

P3	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona agrícola e florestal	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via, agrícola e florestal	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<p>- Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras.</p> <p>- Lixiviação dos solos agrícolas e florestais ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos.</p>	
Observações	
-	
Registo fotográfico	
	

Tabela 32 - Caracterização do local de monitorização P4 e a sua envolvente.

P4	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona rural, agrícola e florestal	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via, rural, agrícola e florestal	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos agrícolas e florestais ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
-	
Registo fotográfico	
	

Tabela 33 - Caracterização do local de monitorização P5 e a sua envolvente.

P5	
Uso da água	
Rega	
Envolvente	
Zona agrícola e florestal	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via, agrícola e florestal	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos agrícolas e florestais ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
- Ponto de monitorização trancado, no período seco e húmido.	
Registo fotográfico	
	

Tabela 34 - Caracterização do local de monitorização P6 e a sua envolvente.

P6	
Uso da água	
Desconhecido	
Envolvente	
Zona rural e agrícola	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via, rural e agrícola	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras. - Lixiviação dos solos agrícolas ricos em nutrientes e matéria orgânica, potenciando a eutrofização do meio hídrico e acumulação de sólidos suspensos. 	
Observações	
- O proprietário não autorizou a monitorização.	
Registo fotográfico	
	

5.4 SEDIMENTOS

Da Tabela 35 à Tabela 36 apresenta-se uma breve descrição dos pontos de recolha de sedimentos monitorizados, servindo esta como linhas de apoio à interpretação dos resultados obtidos nas campanhas de monitorização.

Tabela 35 - Caracterização do local de monitorização SED1 e a sua envolvente.

SED1	
Envolvente	
Zona florestal	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via e florestal	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
- Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras.	
Observações	
-	
Registo fotográfico	
	
	

Tabela 36 - Caracterização do local de monitorização SED2 e a sua envolvente.

SED2	
Envolvente	
Zona florestal	
Fontes de poluição	
Águas de escorrência da via e florestal	
Potenciais consequências nos Recursos Hídricos	
- Presença de metais pesados, sólidos suspensos, hidrocarbonetos e óleos e gorduras.	
Observações	
-	
Registo fotográfico	
	
	

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

6.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais para o ano de 2016 são, nos pontos seguintes, analisados de acordo com os valores legalmente definidos e com os valores obtidos nas campanhas anteriores da fase de exploração e com os valores obtidos na avaliação da situação de referência.

Em anexo são apresentados os registos de campo da monitorização da qualidade da água superficial (ver Anexo 1: Fichas individuais por local de amostragem de águas superficiais), onde se descrevem a data e hora da amostragem; a localização do local de amostragem, o registo fotográfico, a descrição das condições meteorológicas aquando da amostragem, a caracterização organolética das amostras e os resultados dos parâmetros medidos *“in situ”*. As fichas laboratoriais são apresentadas no Anexo 5: Fichas laboratoriais das amostras analisadas.

6.1.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES LEGALMENTE DEFINIDOS

Da Tabela 37 à Tabela 38 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alvioeira da SPI para o ano de 2016, assim como os resultados obtidos na caracterização da situação de referência e ainda os valores legalmente estabelecidos.

Os resultados obtidos são de seguida analisados face à legislação em vigor e aplicável tendo por base o tipo de uso, nomeadamente o Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega) e o Anexo XXI (Objetivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e também comparados com os valores definidos no Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro.

Alguns dos parâmetros analisados não se encontram legislados, não sendo possível retirar conclusões relativas a esses parâmetros, servindo de meio de comparação com resultados anteriores no caso da ocorrência de contaminação durante a fase de exploração.

Refira-se que segundo informação disponível, da observação local e do diálogo com a população residente, nenhuma das linhas de água é destinada à produção de água para consumo humano.

Tabela 37 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais medidos em **S1 - Albufeira do Carril, ao Km 2+775, junto à PH 2.02.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA ^(a)	PERÍODO SECO 2016	PERÍODO CRÍTICO 2016	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98			DECRETO-LEI N.º 103/2010
						ANEXO XVI		ANEXO XXI	ANEXO II
						VMR	VMA	VMA	NQA-CMA
pH	E. Sorensen	-	8,4	8,0	8,1	6,5-8,4	4,5-9,0	5,0-9,0	-
Condutividade	µS/cm	-	251	272	284	-	-	-	-
Cádmio total	mg/L Cd	-	<0,0004	<0,002	<0,002	0,01	0,05	0,01	-
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	-	<0,4	<0,4	<0,4	-	-	-	⁽¹⁾
Crómio total	mg/L Cr	-	<0,0010	<0,0020	<0,0020	0,10	20	0,05	-
Chumbo total	mg/L Pb	-	<0,0050	<0,01	<0,01	5,0	20	-	-
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	-	<5	<5,0	<5,0	-	-	-	14
Cobre total	mg/L Cu	-	0,0016	<0,002	0,0124	0,20	5,0	0,1	-
Zinco total	mg/L Zn	-	<0,0020	<0,0030	0,0111	2,0	10,0	0,5	-
Níquel total	mg/L Ni	-	<0,002	<0,005	<0,005	0,5	2,0	-	-
Níquel dissolvido	µg/L Ni	-	<2	<2	<2	-	-	-	34
Ferro total	mg/L Fe	-	0,0457	0,177	0,199	5,0	-	-	-
CQO	mg/L O ₂	-	11	11	13,0	-	-	-	-
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,017
	Benzo[k]fluoranteno	µg/L	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,017
	Benzo[a]pireno	µg/L	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,27
	Benzo [g,h,i]perileno	µg/L	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,0082
	Indeno[1,2,3-cd]pireno	µg/L	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	-
	Total	µg/L	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	-
Óleos e gorduras	mg/L	-	<1	<1	<1	-	-	-	-
SST	mg/L	-	<1	3,2	<3,0	60	-	-	-
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	86	84	119	-	-	-	-

⁽¹⁾ - ≤ 0,45µg/L (classe 1: <40 mg CaCO₃/l); 0,45µg/L (classe 2: 40 a <50 mg CaCO₃/l); 0,6µg/L (classe 3: 50 a <100 mg CaCO₃/l); 0,9µg/L (classe 4: 100 a <200 mg CaCO₃/l); 1,5µg/L (classe 5: ≥200 mg CaCO₃/l).

(a) - Não existem dados da Situação de Referência.

Tabela 38 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais medidos em **S2 - Albufeira do Carril, ao Km 2+990, junto à PH 3.01.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA ^(a)	PERÍODO SECO 2016	PERÍODO CRÍTICO 2016	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98			DECRETO-LEI N.º 103/2010	
						ANEXO XVI		ANEXO XXI	ANEXO II	
						VMR	VMA	VMA	NQA-CMA	
pH	E. Sorensen	-	8,4	8,0	8,0	6,5-8,4	4,5-9,0	5,0-9,0	-	
Condutividade	µS/cm	-	251	269	282	-	-	-	-	
Cádmio total	mg/L Cd	-	<0,0004	<0,002	<0,002	0,01	0,05	0,01	-	
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	-	<0,4	<0,4	<0,4	-	-	-	(1)	
Crómio total	mg/L Cr	-	<0,0010	<0,0020	<0,002	0,10	20	0,05	-	
Chumbo total	mg/L Pb	-	<0,0050	<0,01	<0,01	5,0	20	-	-	
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	-	<5	<5,0	<5,0	-	-	-	14	
Cobre total	mg/L Cu	-	0,0017	<0,002	0,013	0,20	5,0	0,1	-	
Zinco total	mg/L Zn	-	<0,0020	<0,0030	0,0134	2,0	10,0	0,5	-	
Níquel total	mg/L Ni	-	<0,002	<0,005	<0,005	0,5	2,0	-	-	
Níquel dissolvido	µg/L Ni	-	<2	<2	<2	-	-	-	34	
Ferro total	mg/L Fe	-	0,0518	0,144	0,175	5,0	-	-	-	
CQO	mg/L O ₂	-	6,0	11	19,0	-	-	-	-	
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	-	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,017
	Benzo[k]fluoranteno	µg/L	-	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,017
	Benzo[a]pireno	µg/L	-	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,27
	Benzo [g,h,i]perileno	µg/L	-	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	0,0082
	Indeno[1,2,3-cd]pireno	µg/L	-	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	-
	Total	µg/L	-	<0,001	<0,001	<0,001	-	-	-	-
Óleos e gorduras	mg/L	-	<1	1	<1	-	-	-	-	
SST	mg/L	-	9,9	4,0	<3,0	60	-	-	-	
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	81	89	117	-	-	-	-	

(¹) - ≤ 0,45µg/L (classe 1: <40 mg CaCO₃/l); 0,45µg/L (classe 2: 40 a <50 mg CaCO₃/l); 0,6µg/L (classe 3: 50 a <100 mg CaCO₃/l); 0,9µg/L (classe 4: 100 a <200 mg CaCO₃/l); 1,5µg/L (classe 5: ≥200 mg CaCO₃/l).

(a) - Não existem dados da Situação de Referência.

Como se pode verificar, todos os resultados obtidos ao longo do ano de exploração de 2016 cumprem os valores legalmente estabelecidos. Para as duas linhas de água monitorizadas não se verificou, em nenhuma das campanhas e parâmetros, variações significativas entre os resultados obtidos a montante e jusante.

De referir que não existem dados da situação de referência para nenhuma das linhas de água monitorizadas, não sendo portanto possível tirar ilações relativamente aos valores registados na fase de referência com os registados na fase de exploração.

Uma vez que para nenhum dos parâmetros são ultrapassados os VMA do Anexo XVI e do Anexo XXI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, os pontos monitorizados cumprem os objetivos de qualidade mínima das águas superficiais e apresentam boa qualidade para fins de rega. São igualmente cumpridos os NQA-CMA do Anexo II do DL n.º 103/2010, cumprindo-se assim os requisitos para o bom estado da qualidade da água.

6.1.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS FACE AOS VALORES OBTIDOS EM CAMPANHAS ANTERIORES

Da Tabela 39 à Tabela 40 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, realizadas na fase de exploração, para os anos de 2013 a 2016. Como referido anteriormente não existem dados da situação de referência.

As campanhas de monitorização para a fase de exploração relativas aos anos de 2013 e 2014 foram realizadas pela Ecovisão, Lda, as campanhas de monitorização de 2015 e 2016 foram da responsabilidade da Monitar, Lda.

Os resultados obtidos são de seguida comparados e analisados, o que permitirá avaliar a evolução da qualidade da água na SPI e verificar quais os impactes na qualidade das águas associados à exploração desta infraestrutura.

Tabela 39 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais medidos em **S1 - Albufeira do Carril, ao Km 2+775, junto à PH 2.02.**

PARÂMETRO	UNIDADES	JULHO 2013	OUTUBRO 2013	DEZEMBRO 2013	JULHO 2014	OUTUBRO 2014	DEZEMBRO 2014	JULHO 2015	OUTUBRO 2015	DEZEMBRO 2015	JULHO 2016	OUTUBRO 2016	DEZEMBRO 2016
pH	E.Sorensen	8,4	8,7	8,3	8,4	7,0	7,8	8,3	6,9	6,8	8,4	8,0	8,1
Condutividade	µS/cm	317	376	334	324	381	269	270	353	340	251	272	284
Cádmio total	mg/L Cd	<0,00008	<0,00008	<0,00008	0,00021	<0,00008	<0,00008	<0,0002	<0,0002	<0,0002	<0,0004	<0,002	<0,002
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	-	-	-	-	-	-	<0,2	<0,2	<0,2	<0,4	<0,4	<0,4
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	0,0013	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,0010	<0,0020	<0,0020
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,0050	<0,007	<0,003	<0,003	<0,003	<0,0050	<0,01	<0,01
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	-	-	-	-	-	-	<3	<3	<3	<5	<5,0	<5,0
Cobre total	mg/L Cu	0,0022	<0,0020	0,0021	0,0021	0,0041	0,0024	<0,010	<0,010	0,012	0,0016	<0,002	0,0124
Zinco total	mg/L Zn	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,100	<0,100	<0,100	<0,0020	<0,0030	0,0111
Níquel total	mg/L Ni	<0,006	<0,006	<0,006	<0,006	<2,0	<0,006	<0,005	<0,005	<0,005	<0,002	<0,005	<0,005
Níquel dissolvido	µg/L Ni	-	-	-	-	-	-	<5	<5	<5	<2	<2	<2
Ferro total	mg/L Fe	0,190	2,2	0,46	0,18	3,3	0,09	0,141	0,654	0,1950	0,0457	0,177	0,199
CQO	mg/L O ₂	<35	<35	<35	<35	<35	<35	<15	<15	14	11	11	13,0
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	<0,0010	<0,0010	<0,0010	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo[k]fluoranteno	µg/L	<0,0010	<0,0010	<0,0010	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo[a]pireno	µg/L	<0,0010	<0,0010	<0,0010	<0,001	<0,001	<0,001	0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo [g,h,i]perileno	µg/L	<0,00030	<0,00030	<0,00030	<0,0003	<0,0003	<0,0003	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Indeno[1,2,3-cd]pireno	µg/L	<0,00030	<0,00030	<0,00030	<0,0003	<0,0003	<0,0003	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Total	µg/L	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	0,014	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
Óleos e gorduras	mg/L	0,050	0,063	<0,050	<0,3	<0,3	<0,3	<1	<1	1	<1	<1	<1
SST	mg/L	<5	31	8	<5	17	8	<10	<10	<10	<1	3,2	<3,0
Dureza	mg/L CaCO ₃	45,2	113	74	86	150	149	123	120	103	86	84	119

Valor superior ao VMR do Anexo XVI do DL n.º 236/98.

Tabela 40 - Parâmetros da qualidade das águas superficiais medidos em **S2 - Albufeira do Carril, ao Km 2+990, junto à PH 3.01.**

PARÂMETRO	UNIDADES	JULHO 2013	OUTUBRO 2013	DEZEMBRO 2013	JULHO 2014	OUTUBRO 2014	DEZEMBRO 2014	JULHO 2015	OUTUBRO 2015	DEZEMBRO 2015	JULHO 2016	OUTUBRO 2016	DEZEMBRO 2016
pH	E.Sorensen	8,35	8,8	8,4	8,3	7,5	7,6	8,4	6,9	6,9	8,4	8,0	8,0
Condutividade	µS/cm	295	385	327	251	455	273	270	357	336	251	269	282
Cádmio total	mg/L Cd	<0,00008	<0,00008	<0,00008	0,0002	<0,00008	<0,00008	<0,0002	<0,0002	<0,0002	<0,0004	<0,002	<0,002
Cádmio dissolvido	µg/L Cd	-	-	-	-	-	-	<0,2	<0,2	<0,2	<0,4	<0,4	<0,4
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,001	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,0010	<0,0020	<0,002
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,005	<0,007	<0,003	<0,003	<0,003	<0,0050	<0,01	<0,01
Chumbo dissolvido	µg/L Pb	-	-	-	-	-	-	<3	<3	<3	<5	<5,0	<5,0
Cobre total	mg/L Cu	0,0021	<0,0020	0,0022	0,0023	0,003	<0,002	0,046	<0,010	<0,010	0,0017	<0,002	0,013
Zinco total	mg/L Zn	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,100	<0,100	<0,100	<0,0020	<0,0030	0,0134
Níquel total	mg/L Ni	<0,006	<0,006	<0,006	<0,006	<2,0	<0,006	<0,005	<0,005	<0,005	<0,002	<0,005	<0,005
Níquel dissolvido	µg/L Ni	-	-	-	-	-	-	<5	<5	<5	<2	<2	<2
Ferro total	mg/L Fe	0,120	2,5	0,410	0,19	0,69	0,09	0,922	0,854	0,2570	0,0518	0,144	0,175
CQO	mg/L O ₂	40	<35	<35	<35	<35	<35	<15	<15	19	6,0	11	19,0
PAH	Benzo[b]fluoranteno	µg/L	<0,0010	<0,0010	<0,0010	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo[k]fluoranteno	µg/L	<0,0010	<0,0010	<0,0010	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo[a]pireno	µg/L	<0,0010	<0,0010	<0,0010	<0,001	<0,001	<0,001	0,003	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Benzo [g,h,i]perileno	µg/L	<0,00030	<0,00030	<0,00030	<0,0003	<0,0003	<0,0003	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Indeno[1,2,3-cd]pireno	µg/L	<0,00030	<0,00030	<0,00030	<0,0003	<0,0003	<0,0003	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	Total	µg/L	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	<0,0126	0,018	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
Óleos e gorduras	mg/L	0,056	<0,050	<0,050	<0,3	<0,3	<0,3	1	<1	<1	<1	1	<1
SST	mg/L	<5	130	8	<5	18	7	<10	<10	<10	9,9	4,0	<3,0
Dureza	mg/L CaCO ₃	57	119	75	133	188	85	72	113	101	81	89	117

Valor superior ao VMR do Anexo XVI do DL n.º 236/98.

A análise temporal da qualidade das águas superficiais na SPI permite verificar que, na generalidade, a qualidade das águas não tem sofrido alterações significativas ao longo dos anos, mantendo-se enquadrada nos valores legalmente estabelecidos.

As não conformidades detetadas referem-se a valores obtidos pontualmente, apenas em uma campanha (outubro de 2013) que não serão suscetíveis de ser problemáticos para a qualidade das águas superficiais.

Na linha de água S1 e S2, na campanha de outubro de 2013, o resultado obtido para o parâmetro pH ultrapassou o VMR definido no Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98. Também na campanha de outubro de 2013, o valor de SST registado na S2 ultrapassou o VMR definido no Anexo XVI do DL n.º 236/98. Em ambos os casos é possível verificar que se trataram de situações pontuais dado que nas monitorizações seguintes não foram registadas quaisquer não conformidades.

Assim, pelo acima exposto e pelo facto de não se ter registado aumentos significativos para nenhum dos parâmetros de montante para jusante, poder-se-á aferir que não foram registados impactes significativos na qualidade das águas superficiais inerentes à exploração da via.

6.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

Os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência para o ano de 2016 são, nos pontos seguintes, analisados de acordo com os valores legalmente definidos e com os valores obtidos nas campanhas anteriores da fase de exploração.

Em anexo são apresentados os registos de campo da monitorização da qualidade das águas de escorrência (ver Anexo 2: Fichas individuais por local de amostragem de águas de escorrência), onde se descrevem a data e hora da amostragem; a localização do local de amostragem, o registo fotográfico, a descrição das condições meteorológicas aquando da amostragem, a caracterização organolética das amostras e os resultados dos parâmetros medidos “*in situ*”. As fichas laboratoriais das amostras analisadas são apresentadas no Anexo 5: Fichas laboratoriais das amostras analisadas.

6.2.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES LEGALMENTE DEFINIDOS

Da Tabela 41 à Tabela 42 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI para o ano de 2016, assim como os valores legalmente estabelecidos.

Os resultados obtidos são de seguida analisados face à legislação em vigor, nomeadamente no Anexo XVIII (Valores limite de emissão na descarga de águas residuais) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Alguns dos parâmetros analisados não se encontram legislados, não sendo possível retirar conclusões relativas a esses parâmetros, servindo de meio de comparação com resultados anteriores no caso da ocorrência de contaminação durante a fase de exploração.

Tabela 41 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrência medidos em **ESC 1 - Descarga das águas de escorrência ao km 2+825, do lado direito da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	PERÍODO CRÍTICO 2016	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98
				ANEXO XVIII
				VLE
pH	E. Sorensen	7,3	8,9	6,0 - 9,0
Condutividade	µS/cm	204	134	-
Cádmio total	mg/L Cd	<0,002	<0,002	0,2
Crómio total	mg/L Cr	0,0049	<0,002	2,0
Chumbo total	mg/L Pb	<0,01	<0,01	1,0
Cobre total	mg/L Cu	0,0169	0,0164	1,0
Zinco total	mg/L Zn	0,0696	0,0186	-
Níquel total	mg/L Ni	<0,005	<0,005	2,0
Ferro total	mg/L Fe	1,28	0,122	2,0
CQO	mg/L O ₂	156	14,0	150
PAH (Total)	µg/L	0,007	<0,001	-
Óleos e gorduras	mg/L	<1	<1	15
SST	mg/L	8,9	<3,0	60
Dureza	mg/L CaCO ₃	63	62	

Valor superior ao VLE - Anexo XVIII do DL n.º 236/98

Tabela 42 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrência medidos em **ESC 2 - Descarga das águas de escorrência ao km 3+162, do lado direito da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	PERÍODO CRÍTICO 2016 ^(a)	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98
				ANEXO XVIII
				VLE
pH	E. Sorensen	-	9,0	6,0 - 9,0
Condutividade	µS/cm	-	180	-
Cádmio total	mg/L Cd	-	<0,002	0,2
Crómio total	mg/L Cr	-	0,0076	2,0
Chumbo total	mg/L Pb	-	<0,01	1,0
Cobre total	mg/L Cu	-	0,0202	1,0
Zinco total	mg/L Zn	-	0,0345	-
Níquel total	mg/L Ni	-	<0,005	2,0
Ferro total	mg/L Fe	-	6,57	2,0
CQO	mg/L O ₂	-	21,0	150
PAH (Total)	µg/L	-	<0,001	-
Óleos e gorduras	mg/L	-	2	15
SST	mg/L	-	76,5	60
Dureza	mg/L CaCO ₃	-	70	

(a) – O ponto encontrava-se seco à data da monitorização.

■ Valor superior ao VLE - Anexo XVIII do DL n.º 236/98

Na Tabela 43 é apresentada, por local de amostragem, a síntese indicativa dos parâmetros para os quais não se verificou o cumprimento da legislação aplicável nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência da fase de exploração para o ano de 2016.

Tabela 43 - Locais e parâmetros para os quais não se verificou o cumprimento da legislação aplicável.

LOCAL	PARÂMETRO	PERÍODO	DECRETO-LEI N.º 236/98
			ANEXO XVIII
			VLE
ESC1	CQO	Crítico	↑
ESC2	Ferro total	Húmido	↑
	SST		↑

Legenda: ↑ / ↓ - Superior ou acima do intervalo/inferior ou abaixo do intervalo (VLE).

Como se pode verificar, com exceção do parâmetro CQO no ponto ESC1 (período crítico) e dos parâmetros ferro total e SST (período húmido), todos os parâmetros analisados cumprem os valores definidos no VLE do Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98.

O local de monitorização ESC2 encontrava-se seco na campanha do período crítico.

6.2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES OBTIDOS EM CAMPANHAS ANTERIORES

Na Tabela 44 e Tabela 45 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência do Lote 1: IC3 - Tomar/ Avelar Sul da SPI, realizadas na fase de exploração, para os anos de 2013 a 2016.

Refira-se que, por se encontrarem sem caudal, alguns pontos, em algumas campanhas, não foram monitorizados, existindo apenas dados nas campanhas do período crítico e húmido do ano de 2015 e 2016 na ESC1. Quanto à ESC2 existem dados do período húmido de 2015 e do período crítico e húmido de 2016.

As campanhas de monitorização para a fase de exploração relativas aos anos de 2013 e 2014 foram realizadas pela Ecovisão, Lda, as campanhas de monitorização de 2015 e 2016 foram da responsabilidade da Monitar, Lda.

Tabela 44 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrências para a **ESC 1 - Descarga das águas de escorrência ao km 2+825, do lado direito da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	OUTUBRO 2015	DEZEMBRO 2015	OUTUBRO 2016	DEZEMBRO 2016
pH	E. Sorensen	6,9	6,3	7,3	8,9
Condutividade	µS/cm	113	107	204	134
Cádmio total	mg/L Cd	<0,0002	<0,0002	<0,002	<0,002
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	0,0049	<0,002
Chumbo total	mg/L Pb	<0,003	<0,003	<0,01	<0,01
Cobre total	mg/L Cu	<0,010	0,027	0,0169	0,0164
Zinco total	mg/L Zn	<0,100	<0,100	0,0696	0,0186
Níquel total	mg/L Ni	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005
Ferro total	mg/L Fe	<0,020	0,358	1,28	0,122
CQO	mg/L O ₂	<15	70	156	14
PAH (Total)	µg/L	<0,001	<0,001	0,007	<0,001
Óleos e gorduras	mg/L	<1	2	<1	<1
SST	mg/L	<10	<10	8,9	<3,0
Dureza	mg/L CaCO ₃	52	59	63	62

Valor superior ao VLE - Anexo XVIII do DL nº 236/98

Tabela 45 - Parâmetros da qualidade das águas de escorrências para a **ESC 2 - Descarga das águas de escorrência ao km 3+162, do lado direito da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	OUTUBRO 2015	DEZEMBRO 2015	DEZEMBRO 2016
pH	E. Sorensen	6,9	7,8	9,0
Condutividade	µS/cm	206	187	180
Cádmio total	mg/L Cd	<0,0002	<0,0002	<0,002
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	0,0076
Chumbo total	mg/L Pb	<0,003	<0,003	<0,01
Cobre total	mg/L Cu	<0,010	0,019	0,0202
Zinco total	mg/L Zn	<0,100	<0,100	0,0345
Níquel total	mg/L Ni	<0,005	<0,005	<0,005
Ferro total	mg/L Fe	0,180	0,410	6,57
CQO	mg/L O ₂	46	39	21,0
PAH (Total)	µg/L	<0,001	<0,001	<0,001
Óleos e gorduras	mg/L	2	<1	2
SST	mg/L	<10	<10	76,5
Dureza	mg/L CaCO ₃	67	56	70

Valor superior ao VLE - Anexo XVIII do DL n.º 236/98

Devido ao reduzido número de recolhas efetuadas ao longo dos anos de monitorização da fase de exploração, não é possível efetuar uma análise temporal conclusiva da qualidade das águas de escorrências nos pontos ESC1 e ESC2.

No entanto, nas duas últimas campanhas foram registadas não conformidades com o VLE do anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, nomeadamente no ponto de monitorização ESC1, na campanha de outubro de 2016, para o CQO que se encontra ligeiramente acima do VLE e no ponto ESC2, na campanha de dezembro de 2016, para os parâmetros ferro total e SST.

Para os restantes parâmetros, os resultados obtidos em todas as campanhas realizadas não têm sofrido alterações significativas, registando-se valores reduzidos e enquadrados com os valores legalmente estabelecidos.

6.3 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas subterrâneas para o ano de 2016 são, nos pontos seguintes, analisados de acordo com os valores legalmente definidos, com valores das campanhas anteriores da fase de exploração e com os valores obtidos na avaliação da situação de referência.

Em anexo são apresentados os registos de campo da monitorização da qualidade da água subterrânea (ver Anexo 3: Fichas individuais por local de amostragem de águas subterrâneas), onde se descrevem a data e hora da amostragem, a localização do local de amostragem, o registo fotográfico, a descrição das condições meteorológicas aquando da amostragem, a caracterização organolética das amostras e os resultados dos parâmetros medidos “in situ”. As fichas laboratoriais das amostras analisadas são apresentadas no Anexo 5: Fichas laboratoriais das amostras analisadas.

6.3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES LEGALMENTE DEFINIDOS

Da Tabela 46 à Tabela 48 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas subterrâneas do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI para o ano de 2016, assim como os resultados obtidos na caracterização da situação de referência e ainda os valores legalmente estabelecidos.

Na Tabela 49 estão representados os valores obtidos na medição do nível hidrostático dos pontos subterrâneos monitorizados.

Os resultados obtidos são de seguida analisados face à legislação em vigor, nomeadamente no Anexo XVI (Qualidade das águas destinadas à rega) do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

De referir que as águas subterrâneas monitorizadas, de acordo com os proprietários e segundo observação local, não têm como finalidade o uso para consumo humano.

Alguns dos parâmetros analisados não se encontram legislados, não sendo possível retirar conclusões relativas a esses parâmetros, servindo apenas como meio de comparação com resultados anteriores no caso de ocorrência de contaminação durante a fase de exploração.

Tabela 46 - Parâmetros da qualidade das águas subterrâneas medidos em **P1 - Nascente 94 ao Km 3+200 do lado esquerdo da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	PERÍODO SECO 2016	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98 ANEXO XVI	
					VMR	VMA
Nível hidrostático	m	1,5	1,4	1,5	-	-
Temperatura	°C	19,9	18,9	15,8	-	-
pH	E. Sorensen	7,4	6,5	7,3	6,5 – 8,4	4,5 – 9,0
Condutividade	µS/cm	561	531	373	-	-
Direção do fluxo	-	S	S	S		
Cádmio total	mg/L Cd	<0,001	<0,0004	<0,002	0,01	0,05
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,0010	<0,0020	0,10	20
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,0050	<0,01	5,0	20
Cobre total	mg/L Cu	<0,002	<0,001	0,0129	0,20	5,0
Zinco total	mg/L Zn	<0,05	0,0072	0,0230	2,0	10,0
Níquel total	mg/L Ni	0,011	0,0098	<0,005	0,5	2,0
Ferro total	mg/L Fe	1,2	2,6	0,802	5,0	-
PAH (Total)	µg/L	<0,045	<0,001	<0,001	-	-
Óleos e gorduras	mg/L	<0,005	<1	<1	-	-
SST	mg/L	6	3,8	<3,0	60	-

Tabela 47 - Parâmetros da qualidade das águas subterrâneas medidos em **P4 - Poço 113 ao km 7+325 do lado esquerdo da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	PERÍODO SECO 2016	PERÍODO HÚMIDO 2016	DECRETO-LEI N.º 236/98 ANEXO XVI	
					VMR	VMA
Nível hidrostático	m	2,7	2,5	3,1	-	-
Temperatura	°C	19,6	19,2	16,2	-	-
pH	E. Sorensen	7,4	7,2	7,1	6,5 – 8,4	4,5 – 9,0
Condutividade	µS/cm	692	672	742	-	-
Direção do fluxo	-	S	S	S		
Cádmio total	mg/L Cd	<0,001	<0,0004	<0,002	0,01	0,05
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,0010	<0,0020	0,10	20
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,0050	<0,01	5,0	20
Cobre total	mg/L Cu	<0,002	0,0031	0,0151	0,20	5,0
Zinco total	mg/L Zn	<0,05	0,0076	0,0162	2,0	10,0
Níquel total	mg/L Ni	<0,006	<0,002	<0,005	0,5	2,0
Ferro total	mg/L Fe	0,11	0,0433	0,0783	5,0	-
PAH (Total)	µg/L	<0,045	<0,001	<0,001	-	-
Óleos e gorduras	mg/L	<0,005	2	<1	-	-
SST	mg/L	7	10,6	<3,0	60	-

Tabela 48 - Parâmetros da qualidade das águas subterrâneas medidos em **P5 - Poço 115 ao km 7+350 do lado esquerdo da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA ^(a)	PERÍODO SECO 2016 ^(b)	PERÍODO HÚMIDO 2016 ^(b)	DECRETO-LEI N.º 236/98 ANEXO XVI	
					VMR	VMA
Nível hidrostático	m	-	-	-	-	-
Temperatura	°C	-	-	-	-	-
pH	E. Sorensen	-	-	-	6,5 – 8,4	4,5 – 9,0
Condutividade	µS/cm	-	-	-	-	-
Direção do fluxo	-	-	-	-	-	-
Cádmio total	mg/L Cd	-	-	-	0,01	0,05
Crómio total	mg/L Cr	-	-	-	0,10	20
Chumbo total	mg/L Pb	-	-	-	5,0	20
Cobre total	mg/L Cu	-	-	-	0,20	5,0
Zinco total	mg/L Zn	-	-	-	2,0	10,0
Níquel total	mg/L Ni	-	-	-	0,5	2,0
Ferro total	mg/L Fe	-	-	-	5,0	-
PAH (Total)	µg/L	-	-	-	-	-
Óleos e gorduras	mg/L	-	-	-	-	-
SST	mg/L	-	-	-	60	-

(a) - Não existem dados da Situação de Referência.

(b) - Poço trancado.

Tabela 49 - Nível hidrostático dos pontos de monitorização subterrânea analisados.

PARÂMETRO	UNIDADES	PONTO	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	PERÍODO SECO (JULHO 2016)	PERÍODO HÚMIDO (DEZEMBRO 2016)
Nível hidrostático	m	P2	3,50	3,6	4,0
		P3	3,70	4,6	4,4
		P6	3,50	(a)	(a)

(a) - Proprietário não autorizou a monitorização.

Como se pode verificar, todos os parâmetros analisados cumprem os valores definidos no VMR e VMA do Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98. Uma vez que nenhum dos parâmetros monitorizados, em nenhum dos pontos, se encontra em inconformidade com os VMA definidos no Anexo XVI, do Decreto-Lei n.º 236/98, considera-se que estes apresentam boa qualidade para fins de rega.

No ponto de monitorização P5, não foi possível obter nenhuma recolha de amostra devido ao facto de o poço estar trancado a cadeado e a monitorização do ponto P6 não foi autorizada pelo proprietário.

No que diz respeito ao nível hidrostático (altura de coluna de água), verificou-se que as variações são pouco significativas entre campanhas sendo na generalidade dos pontos superiores na campanha do período húmido, facto natural tendo em conta a época do ano. É também possível verificar que, os níveis hidrostáticos registados nas campanhas da fase de exploração são da mesma ordem de grandeza aos registados na situação de referência. Deste modo, verifica-se que a construção e exploração da via não têm influenciado de forma significativa o nível hidrostático dos pontos monitorizados.

6.3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES OBTIDOS EM CAMPANHAS ANTERIORES

Da Tabela 50 à Tabela 51 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade das águas subterrâneas do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, realizadas na fase de exploração, para os anos de 2013 a 2016, assim como os resultados obtidos na caracterização da situação de referência.

Na Tabela 52 é apresentado o histórico dos valores obtidos na medição do nível hidrostático dos pontos subterrâneos monitorizados.

Refira-se que, por se encontrar trancado, o ponto P5 não foi monitorizado em nenhuma campanha.

As campanhas de monitorização para a fase de exploração relativas aos anos de 2013 e 2014 foram realizadas pela Ecovisão, Lda, as campanhas de monitorização de 2015 e 2016 foram da responsabilidade da Monitar, Lda.

Os resultados obtidos são de seguida comparados e analisados, o que permitirá avaliar a evolução da qualidade da água na SPI e verificar se esta é afetada ou não pela presença da via de tráfego em análise.

Tabela 50 - Parâmetros da qualidade das águas subterrâneas medidos em **P1 - Nascente 94 ao Km 3+200 do lado esquerdo da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO REFERÊNCIA	DEZEMBRO 2013	JULHO 2014	DEZEMBRO 2014	JULHO 2015	DEZEMBRO 2015	JULHO 2016	DEZEMBRO 2016
Nível hidrostático	m	1,5	-	-	-	1,3	1,8	1,4	1,5
Temperatura	°C	19,6	15,2	21,7	16,2	17,3	13,7	18,9	15,8
Ph	E. Sorensen	7,4	7,0	7,3	7,9	6,6	6,3	6,5	7,3
Condutividade	µS/cm	692	735	521	342	380	481	531	373
Direção do fluxo	-	S	S	S	S	S	S	S	S
Cádmio total	mg/L Cd	<0,001	<0,00008	0,00016	<0,00008	<0,0002	<0,0002	<0,0004	<0,002
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,0010	<0,0020
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	<0,003	<0,003	<0,0050	<0,01
Cobre total	mg/L Cu	<0,002	<0,002	0,0072	<0,002	<0,010	<0,010	<0,001	0,0129
Zinco total	mg/L Zn	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,100	<0,100	0,0072	0,0230
Níquel total	mg/L Ni	0,011	0,006	0,016	<0,006	0,009	0,011	0,0098	<0,005
Ferro total	mg/L Fe	1,2	0,610	0,13	0,53	0,492	1,26	2,6	0,802
PAH (Total)	µg/L	<0,045	<0,0126	<0,0126	<0,0126	0,002	<0,001	<0,001	<0,001
Óleos e gorduras	mg/L	<0,005	<0,005	<0,3	<0,3	2	<1	<1	<1
SST	mg/L	6	<5	<5	5	<10	<10	3,8	<3,0

Valor inferior ao VMR do Anexo XVI do DL n.º 236/98.

Tabela 51 - Parâmetros da qualidade das águas subterrâneas medidos em **P4 - Poço 113 ao km 7+325 do lado esquerdo da via.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO REFERÊNCIA	DEZEMBRO 2013	JULHO 2014	DEZEMBRO 2014	JULHO 2015	DEZEMBRO 2015	JULHO 2016	DEZEMBRO 2016
Nível hidrostático	m	2,7	8,8	3,1	4,3	0,9	3,4	2,5	3,1
Temperatura	°C	19,9	17,2	22,9	15,1	20,0	13,6	19,2	16,2
pH	E. Sorensen	7,4	7,6	6,6	8,6	7,2	6,8	7,2	7,1
Condutividade	µS/cm	561	476	112	785	500	537	672	742
Direção do fluxo	-	S	S	S	S	S	S	S	S
Cádmio total	mg/L Cd	<0,001	<0,00008	0,00017	<0,00008	<0,0002	<0,0002	<0,0004	<0,002
Crómio total	mg/L Cr	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,0010	<0,0020
Chumbo total	mg/L Pb	<0,007	<0,007	<0,007	<0,007	0,004	<0,003	<0,0050	<0,01
Cobre total	mg/L Cu	<0,002	<0,0020	0,0028	<0,002	<0,010	<0,010	0,0031	0,0151
Zinco total	mg/L Zn	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	<0,100	<0,100	0,0076	0,0162
Níquel total	mg/L Ni	<0,006	<0,006	<0,006	<0,006	<0,005	<0,005	<0,002	<0,005
Ferro total	mg/L Fe	0,11	0,130	0,33	0,16	0,679	0,106	0,0433	0,0783
PAH (Total)	µg/L	<0,045	<0,0126	<0,0126	<0,0126	0,008	<0,001	<0,001	<0,001
Óleos e gorduras	mg/L	<0,005	<0,050	<0,3	<0,3	<1	1	2	<1
SST	mg/L	7	<5	26	5	22	<10	10,6	<3,0

Valor superior ao VMR do Anexo XVI do DL n.º 236/98.

Tabela 52 - Histórico do nível hidrostático dos pontos de monitorização subterrânea analisados.

PARÂMETRO	UNIDADES	PONTO	SITUAÇÃO	JULHO 2013	DEZEMBRO 2013	JULHO 2014	JANEIRO 2015	JULHO 2015	DEZEMBRO 2015	JULHO 2016	DEZEMBRO 2016
			REFERÊNCIA								
Nível hidrostático	m	P2	3,50	(a)	3,50	7,3	3,5	1,1	3,4	3,6	4,0
		P3	3,70	(b)	(b)	(b)	(b)	4,0	3,0	4,6	4,4
		P6	3,50	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(c)	(c)	(c)

(a) - Poço inacessível.

(b) - Proprietário ausente.

(c) - Proprietário não autorizou a monitorização.

A análise temporal da qualidade das águas subterrâneas na SPI permite verificar que, na generalidade, a qualidade das águas não tem sofrido alterações significativas ao longo dos anos, mantendo-se enquadrada com os valores legalmente estabelecidos.

As não conformidades detetadas referem-se apenas ao parâmetro pH nos pontos P1 e P4. No ponto P1, na campanha do período húmido de 2015, o valor obtido foi inferior ao VMR do Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98, enquanto que, no ponto P4 na campanha do período húmido de 2014 o valor obtido foi superior ao VMR do Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98. Como se pode verificar, ambas as situações podem ser consideradas pontuais, dado que, até à data, nunca se registaram valores semelhantes nas restantes campanhas.

Os parâmetros medidos “*in situ*” são parâmetros físico-químicos cuja monitorização é bastante influenciada por alguns fatores, tais como, focos pontuais de contaminação das águas, temperatura ambiente, períodos de precipitação, altura da coluna de água subterrânea e pelas características hidrogeoquímicas da zona envolvente. Desta forma considera-se que a variação do valor de pH são flutuações normais e que não significam uma reduzida qualidade das águas subterrâneas.

No que diz respeito ao nível hidrostático, verificou-se que as variações são pouco significativas entre campanhas, sendo na generalidade dos pontos superiores na campanha do período húmido. É também possível verificar que, os níveis hidrostáticos registados na fase de exploração são da mesma ordem de grandeza aos registados na situação de referência. A única exceção refere-se à situação registada no ponto P2, na campanha de julho de 2015, em que se verificou um nível de coluna de água reduzido (1,1m) em relação às restantes campanhas, possivelmente associado à sua utilização para rega, facto natural na época de verão, salientando-se o facto de, nas campanhas seguintes os valores registados serem da mesma ordem de grandeza aos da situação de referência. Deste modo, verifica-se que a construção e exploração da via não têm influenciado de forma significativa o nível hidrostático dos pontos monitorizados.

Para o ponto P5, não foi possível obter nenhuma recolha de amostra devido ao facto de o poço estar trancado a cadeado. Quanto ao ponto P6, o nível hidrostático nunca foi medido com exceção da situação de referência, uma vez que o proprietário não autorizou a sua monitorização.

Pelo histórico das monitorizações da qualidade das águas subterrâneas, pode verificar-se que esta não sofreu alterações relevantes, não se evidenciando impactes significativos associados à presença e exploração da via em estudo, não sendo igualmente registadas concentrações ou valores passíveis de alarme que careçam da necessidade de adotar novas medidas de minimização.

6.4 QUALIDADE DOS SEDIMENTOS

Os resultados obtidos nas campanhas de monitorização dos sedimentos para o ano de 2016 são, nos pontos seguintes, analisados de acordo com os valores legalmente definidos e com valores das campanhas anteriores da fase de exploração.

Em anexo são apresentados os registos de campo da monitorização dos sedimentos (ver Anexo 4: Fichas individuais por local de amostragem dos sedimentos), onde se descrevem a data e hora da amostragem, a localização do local de amostragem, o registo fotográfico, a descrição das condições meteorológicas aquando da amostragem e o método de amostragem. As fichas laboratoriais são apresentadas no Anexo 5: Fichas laboratoriais das amostras analisadas.

6.4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES LEGALMENTE DEFINIDOS

Da Tabela 53 à Tabela 54 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade dos sedimentos do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI para o ano de 2016, assim como os valores legalmente estabelecidos.

Os resultados obtidos são de seguida analisados face à legislação em vigor, nomeadamente na tabela 2 do Anexo III da Portaria n.º 1450/2007.

Alguns dos parâmetros analisados não se encontram legislados, não sendo possível retirar conclusões relativas a esses parâmetros, servindo apenas como meio de comparação com resultados anteriores no caso de ocorrência de contaminação durante a fase de exploração.

Tabela 53 - Parâmetros dos sedimentos medidos em **SED1 - Aproximadamente ao Km 2+775, junto à PH 2.02.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA ^(a)	PERÍODO CRÍTICO (OUTUBRO DE 2016)	PORTARIA N.º 1450/2007 - ANEXO III - TABELA 2				
				CLASSE 1	CLASSE 2	CLASSE 3	CLASSE 4	CLASSE 5
Cádmio	mg/kg Cd	-	<0,4	<1	1 - 3	3 - 5	5 - 10	>10
Crómio	mg/kg Cr	-	93,4	<50	50 - 100	100 - 400	400 - 1000	>1000
Cobre	mg/kg Cu	-	55,5	<35	35 - 150	150 - 300	300 - 500	>500
Chumbo	mg/kg Pb	-	26,6	<50	50 - 150	150 - 500	500 - 1000	>1000
Níquel	mg/kg Ni	-	46,2	<30	30 - 75	75 - 125	125 - 250	>250
Zinco	mg/kg Zn	-	173	<100	100 - 600	600 - 1500	1500 - 5000	>5000
Ferro	mg/kg	-	50300	-	-	-	-	-

(a) - Não existem dados da Situação de Referência.

Tabela 54 - Parâmetros dos sedimentos medidos em **SED2 - Aproximadamente ao Km 2+990, junto à PH 3.01.**

PARÂMETRO	UNIDADES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA ^(a)	PERÍODO CRÍTICO (OUTUBRO DE 2016)	PORTARIA N.º 1450/2007 - ANEXO III - TABELA 2				
				CLASSE 1	CLASSE 2	CLASSE 3	CLASSE 4	CLASSE 5
Cádmio	mg/kg Cd	-	<0,4	<1	1 - 3	3 - 5	5 - 10	>10
Crómio	mg/kg Cr	-	69,5	<50	50 - 100	100 - 400	400 - 1000	>1000
Cobre	mg/kg Cu	-	40,2	<35	35 - 150	150 - 300	300 - 500	>500
Chumbo	mg/kg Pb	-	19,2	<50	50 - 150	150 - 500	500 - 1000	>1000
Níquel	mg/kg Ni	-	32,6	<30	30 - 75	75 - 125	125 - 250	>250
Zinco	mg/kg Zn	-	137	<100	100 - 600	600 - 1500	1500 - 5000	>5000
Ferro	mg/kg	-	38900	-	-	-	-	-

(a) - Não existem dados da Situação de Referência.

Como se pode verificar, nos pontos SED1 e SED2, todos os parâmetros analisados estão enquadrados na classe 2, classe de material dragado com contaminação vestigiária, com exceção do cádmio e o chumbo que integram a classe 1, classe de material dragado limpo.

Deste modo, considera-se que os sedimentos se encontram inseridos na Classe 2 (Material dragado com contaminação vestigiária - pode ser imerso no meio aquático tendo em atenção as características do meio recetor e o uso legítimo do mesmo) devido às concentrações registadas para os parâmetros: Crómio; Cobre; Níquel e Zinco. Tendo em conta a classe onde se inserem é possível afirmar que estes não causam degradação no meio aquático envolvente.

Pelo facto de não existirem dados da situação de referência, não é possível tirar ilações e perceber a evolução das concentrações registadas na fase de referência com a fase de exploração para os metais monitorizados.

6.4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS FACE AOS VALORES OBTIDOS EM CAMPANHAS ANTERIORES

Da Tabela 55 à Tabela 56 são apresentados os resultados obtidos nas campanhas de monitorização da qualidade dos sedimentos do Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, realizadas na fase de exploração, para os anos de 2013 a 2016.

As campanhas de monitorização para a fase de exploração relativas aos anos de 2013 e 2014 foram realizadas pela Ecovisão, Lda, as campanhas de monitorização de 2015 e 2016 foram da responsabilidade da Monitar, Lda.

Os resultados obtidos são de seguida comparados e analisados, o que permitirá avaliar a evolução da qualidade dos sedimentos da SPI e verificar se estes são afetados ou não pela presença da via de tráfego em análise.

Tabela 55 - Parâmetros dos sedimentos medidos em **SED1 - Aproximadamente ao Km 2+775, junto à PH 2.02.**

PARÂMETRO	UNIDADES	OUTUBRO 2013	OUTUBRO 2014	OUTUBRO 2015	OUTUBRO 2016
Cádmio	mg/kg Cd	<20	<0,4	<1,0	<0,4
Crómio	mg/kg Cr	<100	57,7	29,6	93,4
Cobre	mg/kg Cu	<50	<50	27,2	55,5
Chumbo	mg/kg Pb	<80	<80	13,3	26,6
Níquel	mg/kg Ni	<100	<100	24,8	46,2
Zinco	mg/kg Zn	143	112	111,4	173
Ferro	mg/kg	35400	30500	24230	50300

Tabela 56 - Parâmetros dos sedimentos medidos em **SED2 - Aproximadamente ao Km 2+990, junto à PH 3.01.**

PARÂMETRO	UNIDADES	OUTUBRO 2013	OUTUBRO 2014	OUTUBRO 2015	OUTUBRO 2016
Cádmio	mg/kg Cd	<20	<0,4	<1,0	<0,4
Crómio	mg/kg Cr	<100	61,9	50,0	69,5
Cobre	mg/kg Cu	<50	<50	50,0	40,2
Chumbo	mg/kg Pb	<80	<80	23,4	19,2
Níquel	mg/kg Ni	<100	<100	31,6	32,6
Zinco	mg/kg Zn	90,6	75,6	182,7	137
Ferro	mg/kg	38900	36400	39000	38900

A análise temporal dos sedimentos permite verificar que, na generalidade, os parâmetros analisados tendem a ficar enquadrados na classe 1 (material dragado limpo) e classe 2 (material dragado com contaminação vestigiária).

Para a campanha realizada em 2013, os limites de quantificação (LQ) utilizados na determinação dos parâmetros, por serem superiores aos valores definidos para a classe 1, apenas permite classificar os sedimentos do local SED1 na classe 2 e os sedimentos do local SED2 na classe 1, tendo por base a concentração registada para o zinco. Com base nos limites de quantificação utilizados, os valores de cádmio, podem ser enquadrados entre a classe 1 e 5, os de crómio, cobre e chumbo podem enquadrar-se na classe 1 e 2 e os valores de níquel podem ser enquadrados entre a classe 1 a 3.

O mesmo acontece para o ano de 2014, no entanto pela alteração dos LQ para o cádmio e crómio é possível verificar que os sedimentos dos Locais SED1e SED2, tendo por base os valores de cádmio enquadram-se na classe 1 e com base nos valores de crómio na classe 2. Com base no parâmetro zinco mantem-se a classificação registada no ano de 2013. Assim considera-se que, no mínimo, para o ano de 2013 e 2014 os sedimentos dos locais monitorizados encontram-se enquadrados na classe 2.

No ano de 2015 e 2016, verifica-se que, para ambos os pontos de monitorização, os sedimentos monitorizados enquadram-se na classe 2, devido às concentrações registadas para os parâmetros: Crómio; Cobre; Níquel e Zinco, a pesar de, na campanha de 2015, para o local SED1, os valores de Crómio, Cobre e Níquel se enquadrarem na classe 1.

De referir que não é possível tirar ilações e perceber a evolução das concentrações registadas na fase de referência com a fase de exploração, uma vez que, não existem dados da situação de referência.

Tendo por base o histórico de resultados é possível verificar que as variações das concentrações dos metais monitorizados, registadas ao longo das campanhas, são pouco significativas e, uma vez que, a classificação dos sedimentos monitorizados ao longo das campanhas se tem enquadrado na classe 2, poder-se-á deduzir que, até à data não foram registados impactes significativos na qualidade dos sedimentos inerentes à exploração da via.

7 CONCLUSÕES

A fase de exploração de infraestruturas rodoviárias abrange um período no qual as águas de escorrência das vias podem provocar impactes nas águas superficiais e subterrâneas, por isso, estas necessitam de ser cuidadosamente monitorizadas verificando a sua qualidade, tendo em conta o fim a que se destinam.

7.1 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Nas campanhas de monitorização da qualidade das águas superficiais realizadas no ano de 2016 para o Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, os resultados obtidos cumprem os valores legalmente estabelecidos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nomeadamente no Anexo XVI e no Anexo XXI, e no Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, nomeadamente no Anexo II, registando-se em todos os pontos e para todos os parâmetros monitorizados o cumprimento dos objetivos de qualidade mínima das águas superficiais, os requisitos para a boa qualidade da água para fins de rega e os requisitos das Normas da Qualidade da água para o bom estado da qualidade da água.

Da análise temporal da qualidade das águas superficiais na SPI pode afirmar-se que, na generalidade, a qualidade das águas não tem sofrido alterações significativas ao longo dos anos, mantendo-se os valores obtidos dos parâmetros monitorizados enquadrados com os valores da legislação aplicável. As não conformidades detetadas tratam-se de situações pontuais e registadas apenas para os parâmetros pH e SST, na campanha de outubro de 2013. Saliencia-se que os valores dos referidos parâmetros, nas últimas campanhas, encontram-se enquadrados com os valores limite da legislação aplicável.

Ao longo das campanhas de monitorização foram também verificadas diversas fontes de poluição, como a agricultura e a deposição descontrolada de resíduos por parte da população, fatores que podem influenciar os resultados obtidos e podem contribuir para a reduzida qualidade das águas superficiais.

Desta forma, e de acordo com os resultados obtidos no decorrer das campanhas de monitorização da fase de exploração, é possível concluir que a qualidade da água nas linhas de água monitorizadas não sofreu alterações relevantes, não se evidenciando impactes significativos associados à presença e exploração da via em estudo, pelo que, não se verifica a necessidade de implementação de novas medidas de minimização.

7.2 QUALIDADE DAS ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

Nas campanhas de monitorização da qualidade das águas de escorrência realizadas no ano de 2016 para o Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, os resultados obtidos cumprem, de um modo geral, com os valores legalmente estabelecidos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nomeadamente no Anexo XVIII.

As exceções verificaram-se no parâmetro CQO, na ESC1, no período crítico, assim como o ferro total e SST, na ESC2, no período húmido, em que os valores obtidos foram superiores ao estipulado no VLE do Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98.

Relativamente à análise temporal, devido ao reduzido número de recolhas efetuadas ao longo dos anos de monitorização da fase de exploração, não é possível efetuar uma análise temporal conclusiva da qualidade das águas de escorrências nos pontos ESC1 e ESC2. Refira-se no entanto que os resultados obtidos em todas as campanhas realizadas não têm sofrido alterações significativas, registando-se valores reduzidos e enquadrados com os valores legalmente estabelecidos, com exceção das não conformidades registadas no ano de 2016 e acima indicadas.

7.3 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Nas campanhas de monitorização da qualidade das águas subterrâneas realizadas no ano de 2016 para o Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, todos os parâmetros cumprem os valores legalmente estabelecidos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nomeadamente no Anexo XVI. Pelo facto de nenhum dos parâmetros monitorizados, se encontrar em inconformidade com os VMA definidos no Anexo XVI, do Decreto-Lei n.º 236/98, considera-se que os pontos monitorizados apresentam boa qualidade para fins de rega.

No que diz respeito ao nível hidrostático verificou-se que as variações são pouco significativas entre campanhas sendo na generalidade dos pontos superiores na campanha do período húmido e os níveis hidrostáticos registados nas campanhas da fase de exploração são da mesma ordem de grandeza aos registados na situação de referência.

Da análise temporal pode afirmar-se que, na generalidade, a qualidade da água não tem sofrido alterações significativas ao longo dos anos, registando-se valores enquadrados com os legalmente estabelecidos. As não conformidades detetadas referem-se a valores obtidos para o parâmetro pH que se encontram fora do intervalo definido no VMR do Anexo XVI do Decreto-Lei n.º

236/98, considerando-se situações pontuais e que não significam uma reduzida qualidade das águas subterrâneas. No que diz respeito ao nível hidrostático, verificou-se que a construção e exploração da via não têm influenciado de forma significativa o nível hidrostático dos pontos monitorizados.

Assim, e de acordo com os resultados obtidos no decorrer das campanhas de monitorização da fase de exploração, é possível concluir que a qualidade da água subterrânea do ponto monitorizado não sofreu alterações relevantes, não se evidenciando impactes significativos associados à presença e exploração da via em estudo, pelo que, não se verifica a necessidade de implementação de novas medidas de minimização.

7.4 QUALIDADE DOS SEDIMENTOS

Na campanha de monitorização da qualidade dos sedimentos realizada no ano de 2016 para o Lote 5.2: IC3 - Variante de Tomar - Nó de Valdonas/Alviobeira da SPI, os resultados obtidos indicam que, de acordo com a Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro, os pontos monitorizados encontram-se inseridos na Classe 2 devido às concentrações registadas para os parâmetros: Crómio; Cobre; Níquel e Zinco.

Da análise temporal da qualidade dos sedimentos, apesar de os limites de quantificação do laboratório não permitirem concluir com exatidão a classe dos metais nos anos de 2013 e 2014, pode afirmar-se que, na generalidade, os sedimentos dos pontos monitorizados enquadram-se na classe 2.

Pelo facto de não existirem dados da situação de referência, não é possível tirar ilações e perceber a evolução das concentrações registadas na fase de referência com a fase de exploração para os metais monitorizados.

Assim, de acordo com os resultados obtidos no decorrer das campanhas de monitorização da fase de exploração, é possível concluir que, até à data, não foram registados impactes significativos na qualidade dos sedimentos inerentes à exploração da via.

8 PROPOSTA DE REVISÃO DO PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

Em termos de proposta de revisão do programa de monitorização, relativamente à frequência de amostragem, sugere-se que se mantenha o modelo de 2016. Relativamente aos critérios de avaliação de dados considera-se que os apresentados no presente RM são os adequados.

Pelo facto de, o ponto P5 se encontrar inacessível (fechado a cadeado) e a monitorização do P6 não ser autorizada pelo proprietário, sugere-se que estes pontos sejam retirados no PGM, não se verificando a necessidade de substituição por outros pontos, uma vez que, para a caracterização da envolvente destes locais é já monitorizado o ponto P4.

9 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Face às conclusões aferidas no presente RM não se verifica necessidade de implementação de novas medidas de minimização.

Por forma a prevenir/reduzir o impacto no ambiente circundante e consequentemente na qualidade das águas, durante a exploração da via, são de seguida apontadas medidas preventivas que se sugerem ser continuadas:

- Manutenção de órgãos de drenagem transversal e longitudinal que apresentem problemas de escoamento;
- Manutenção do revestimento vegetal executado como forma de proteção contra a erosão dos taludes, bocas de descarga das passagens hidráulicas (PH), nas quais se deverão usar espécies que possam funcionar como filtros naturais às eventuais concentrações de poluentes das escorrências da plataforma da via;
- Promover ações periódicas de limpeza das bermas e ações de sensibilização aos condutores, de modo a diminuir riscos de incêndio e poluição.

10 ANEXOS

- Anexo 1: Fichas individuais por local de amostragem de águas superficiais
- Anexo 2: Fichas individuais por local de amostragem de águas de escorrência
- Anexo 3: Fichas individuais por local de amostragem de águas subterrâneas
- Anexo 4: Fichas individuais por local de amostragem dos sedimentos
- Anexo 5: Fichas laboratoriais das amostras analisadas
- Anexo 6: Declaração do laboratório
- Anexo 7: Certificados dos equipamentos utilizados nas medições “*in situ*”
- Anexo 8: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas superficiais, de escorrência e sedimentos
- Anexo 9: Peças desenhadas - locais de monitorização da qualidade das águas subterrâneas

10.1 ANEXO 1: FICHAS INDIVIDUAIS POR LOCAL DE AMOSTRAGEM DE ÁGUAS SUPERFICIAIS

10.2 ANEXO 2: FICHAS INDIVIDUAIS POR LOCAL DE AMOSTRAGEM DE ÁGUAS DE ESCORRÊNCIA

10.3 ANEXO 3: FICHAS INDIVIDUAIS POR LOCAL DE AMOSTRAGEM DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

10.4 ANEXO 4: FICHAS INDIVIDUAIS POR LOCAL DE AMOSTRAGEM DOS SEDIMENTOS

10.5 ANEXO 5: FICHAS LABORATORIAIS DAS AMOSTRAS ANALISADAS

10.6 ANEXO 6: DECLARAÇÃO DO LABORATÓRIO

10.7 ANEXO 7: CERTIFICADOS DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NAS MEDIÇÕES “*IN SITU*”

**10.8 ANEXO 8: PEÇAS DESENHADAS - LOCAIS DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS,
DE ESCORRÊNCIA E SEDIMENTOS**

10.9 ANEXO 9: PEÇAS DESENHADAS - LOCAIS DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS



MONITAR

engenharia do ambiente

Empreendimento Bela Vista
Lote 1, R/C DP, Loja 2, Repeses
3500-227 Viseu
T. 232 092 031
F. 232 092 031
GERAL@MONITAR.PT
WWW.MONITAR.PT